



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CAROLINE HENTGES

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO:
MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO COREDE MISSÕES

CERRO LARGO
2018

CAROLINE HENTGES

**POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO:
ESTUDO EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO COREDE MISSÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Edemar Rotta

CERRO LARGO

2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Hentges, Caroline

Políticas públicas sociais e indicadores de desenvolvimento : estudo em municípios de pequeno porte do COREDE Missões / Caroline Hentges. -- 2018. 58 f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Edegar Rotta.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração, Cerro Largo, RS , 2018.

1. Administração Pública. 2. Fundo Público. 3. Políticas Públicas. 4. Desenvolvimento Local. I. Rotta, Edegar, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CAROLINE HENTGES

**POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO:
ESTUDO EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO COREDE MISSÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

28 / 11 / 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edemar Rotta – UFFS

Orientador



Prof. Dra. Dionéia Dalcin - UFFS



Me. Neusa Rossini - UFFS

RESUMO

A administração pública concretiza-se na gestão de bens e de serviços públicos, em especial, os de responsabilidade do Estado. Busca administrar e gerir a aplicação dos fundos públicos que o Estado dispõe, em suas diferentes esferas, bem como viabilizar a implantação de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais aos cidadãos, contribuindo na promoção do desenvolvimento, materializado na melhoria da qualidade de vida, na democratização das relações sociais, na participação comunitária e na proteção ao meio ambiente. Neste sentido, o presente estudo visa analisar a relação entre as políticas públicas sociais e os indicadores de desenvolvimento nos municípios de pequeno porte de COREDE Missões. O estudo guia-se pelos princípios da dialética: historicidade, contradição e totalidade. Ainda, trabalha com dados secundários relativos às contas municipais, disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); demonstra e compara a trajetória dos montantes gerais e *per capita* aplicados nas políticas sociais de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho, bem como seus percentuais na relação com o total disponível, por município, na planilha intitulada “gasto por função”, no período de 2007 a 2015. A partir das informações relativas à aplicação do fundo público nas políticas sociais, buscou-se estabelecer possíveis relações com os indicadores de desenvolvimento, para os municípios selecionados, tendo presente o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE/RS). Constatou-se, um aumento expressivo dos valores investidos ao longo do período, porém com tendência de oscilação nos percentuais, em relação ao orçamento municipal disponível, evidenciando acirramento na disputa pelo fundo público. As áreas de educação e cultura, saúde e saneamento, habitação e urbanismo, ao receberem aplicação dos recursos do fundo público por parte dos municípios, são as áreas que apontam evidências mais perceptíveis nos indicadores de desenvolvimento. A aplicação do fundo público demonstrou-se como fator determinante para a geração de desenvolvimento nos municípios de pequeno porte, proporcionando aos cidadãos uma melhor qualidade de vida, e acesso aos serviços públicos. Assim, conclui-se que existe um indicativo de que quando os municípios passam a investir nas áreas de saneamento básico, cultura e trabalho os indicadores de desenvolvimento apresentam um melhor desempenho.

Palavras-chave: Administração pública. Fundo público. Políticas públicas.
Desenvolvimento local.

ABSTRACT

Public administration is carried out in the management of public goods and services, especially those of State responsibility. It seeks to administer and manage the application of the public funds that the State has in its different spheres, as well as to enable the implementation of public policies that guarantee the fundamental rights of citizens, contributing to the promotion of development, materialized in the improvement of the quality of life, in the democratization of social relations, community participation and protection of the environment. In this sense, the present study aims to analyze the relationship between public social policies and development indicators in the small municipalities of COREDE Missões. The study is guided by the principles of the dialectic: historicity, contradiction and totality. Also, it works with secondary data related to the municipal accounts, available on the website of the National Treasury Secretariat (STN); and social and labor policies, as well as their percentages in relation to the total available, by municipality, in the a spreadsheet entitled "expenditure by function", from 2007 to 2015. From the information on the application of the public fund in social policies, it was sought to establish possible relations with the development indicators for the selected municipalities, keeping in mind the Index of Socioeconomic Development (IDESE / RS). It was observed a significant increase in the amounts invested during the period, but with a tendency to oscillate in the percentages, in relation to the available municipal budget, evidencing the intense competition in the public fund. The areas of education and culture, health and sanitation, housing and urbanism, when receiving the resources of the public fund by the municipalities, are the areas that show the most noticeable evidences in the development indicators. The application of the public fund to be a determining factor for the development of small municipalities, providing citizens with a better quality of life, and access to public services. Thus, it is concluded that there is an indication that when municipalities start to invest in the areas of basic sanitation, culture and work development indicators perform better.

Key words: Public Administration. Public fund. Public policy. Local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Recursos per capita aplicados pelos municípios em políticas sociais, 2007, 2010 e 2015.....	42
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos aplicados pelos municípios em políticas sociais: 2007 a 2015.	36
Tabela 2 - Percentual dos montantes do fundo público aplicado em políticas sociais: 2007 a 2015.	41
Tabela 3 - Indicadores do IDESE: 2007 a 2015– Municípios e Estado.	43
Tabela 4 - Indicadores do IDESE Saúde: 2007 a 2015 – Municípios e Estado.	44
Tabela 5 - Percentual aplicado em Saúde e Saneamento: 2007 a 2015.	44
Tabela 6 - Indicadores IDESE Educação: 2007 a 2015. Municípios e Estado.	46
Tabela 7 - Percentual aplicado em Educação e Cultura: 2007 a 2015.	47
Tabela 8 - Indicadores IDESE Renda: 2007 a 2015. Municípios e Estado.	47
Tabela 9 - Percentual aplicado em Trabalho: 2007 a 2015.	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	TEMA	12
1.1.1	Problema	13
1.2	OBJETIVOS	13
1.2.1	Objetivo geral	13
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	JUSTIFICATIVA	14
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	19
2.1	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS SOCIAIS	21
2.3	DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	25
2.4	FUNDO PÚBLICO E O ORÇAMENTO PÚBLICO	26
3	MÉTODO E METODOLOGIA	30
4	ANÁLISE DOS DADOS	34
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	52
	ANEXO A - PESQUISA – PROJETO INTERNO GUARDA-CHUVA	57

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa analisar a relação entre políticas públicas sociais e indicadores de desenvolvimento nos municípios de pequeno porte¹ de COREDE Missões, no período de 2007 a 2015. O foco centra-se na aplicação do fundo público nas áreas de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, trabalho, previdência e assistência social, analisando a trajetória de investimentos, os percentuais aplicados no conjunto das políticas sociais e em cada área, bem como as possíveis relações com os indicadores de desenvolvimento dos respectivos municípios, a partir dos dados apresentados no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE).

A articulação entre administração pública, fundo público, políticas públicas sociais e desenvolvimento local é o que caracteriza este estudo. Entende-se que a administração pública é uma área da administração que visa compreender como se dá a gestão de bens e serviços públicos, em especial os de responsabilidade do Estado. O fundo público abarca o conjunto de recursos que o Estado dispõe, em suas diferentes esferas, para viabilizar a implantação das políticas públicas, entre elas as sociais. As políticas públicas sociais, por sua vez, podem se constituir em instrumentos privilegiados na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e na promoção do desenvolvimento, materializado na melhoria da qualidade de vida, democratização das relações sociais, na participação comunitária e na proteção ao meio ambiente. O estudo da relação entre políticas públicas e desenvolvimento se constitui em um desafio permanente para as ciências sociais aplicadas, em especial para a administração por demandar análises concretas da gestão pública e da aplicação do fundo público disponível.

O estudo da administração pública, no sentido de compreender suas características próprias e sua interação com a sociedade, já constitui tradição na área da administração. Suas principais abordagens remetem aos estudos clássicos do final do século XIX, nos Estados Unidos. No caso brasileiro, essa área da administração

¹ Neste Trabalho de Curso entende-se por municípios de pequeno porte os que possuem população até 5 mil habitantes, tendo como referência as projeções do IBGE para 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e->> (BRASIL, 2018).

dá seus primeiros passos a partir da década de 1930, especialmente preocupada com a formação dos servidores públicos e o estabelecimento da burocracia estatal para dar conta dos novos desafios emanados do processo de modernização e urbanização. Nestes quase um século de estudos da administração pública, no Brasil, se forma uma tradição consolidada, presente em grande parte dos cursos de graduação e pós-graduação do país. O estudo aqui proposto tem presente essa tradição e procura contribuir para ampliar conhecimentos em relação aos processos de administração pública que ocorrem em pequenos municípios, especialmente no que se refere à aplicação do fundo público.

O interesse pelo estudo surgiu da participação no projeto de pesquisa em políticas sociais e desenvolvimento, denominado “Investimentos públicos e dinâmicas socioeconômicas no noroeste do Rio Grande do Sul” o que possibilitou maior conhecimento sobre a região e sobre as políticas públicas sociais, bem como despertou o interesse em isolar uma parte desta mesma pesquisa para aprofundar estudos sobre a região missioneira, especialmente no que se refere à relação entre as políticas sociais e o desenvolvimento dos municípios de pequeno porte. O *Campus* Cerro Largo está inserido em uma região permeada por municípios de pequeno porte, de onde provém a maior parte de seus alunos que acabam trazendo para o espaço acadêmico as demandas e as dificuldades enfrentadas pelos referidos municípios, transformando as mesmas em desafios à reflexão e à produção de conhecimentos.

Organiza-se o presente texto em cinco partes articuladas entre si e que procuram proporcionar uma visão clara do que se pretende e como se almeja chegar aos resultados. Na primeira parte, apresenta-se a introdução, na qual se expõe o tema de pesquisa, o problema que orienta a investigação, os objetivos que norteiam o estudo e a justificativa que motiva a realização do mesmo. Em uma segunda parte, são trabalhados os referenciais teóricos básicos que orientam a pesquisa, em termos de compreensão dos conceitos-chaves, que são administração pública, políticas públicas, políticas sociais, desenvolvimento, desenvolvimento local, fundo público e orçamento público. Na terceira parte apresenta-se a metodologia, buscando demonstrar a visão de fundo (método – epistemológica) que guia a pesquisa, bem como os instrumentos metodológicos com os quais se pretende trabalhar. A quarta

parte apresenta a análise e os resultados obtidos. E a quinta apresenta as conclusões ou inferências emanadas do estudo realizado.

1.1 TEMA

O campo das políticas públicas tem despertado o interesse de diversas áreas do conhecimento, especialmente em um momento histórico no qual se discute o papel do Estado (formato, tamanho, participação na economia e nas dimensões de organização da sociedade) na dinâmica de desenvolvimento das sociedades. A função distributiva do Estado consiste em minimizar as desigualdades sociais entre os membros das comunidades através da adoção de políticas públicas que contribuam para a redistribuição de renda e a redução das diferenças regionais, agindo como indutor do desenvolvimento local (ABDALA, 2008).

Desse modo, as políticas públicas são regras e procedimentos que norteiam a relação entre o poder público e a sociedade, envolvendo a distribuição e a redistribuição de poder, a gestão dos conflitos e a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002). As políticas sociais são peças chave desse processo, pois proporcionam ao Estado, em suas diferentes esferas, a utilização de um conjunto de ferramentas capazes de projetar e implantar ações e programas (CASTRO, 2012) que proporcionem condições de inclusão dos cidadãos na sociedade, facilitando o acesso aos recursos e garantindo a transformação social (FLEURY, 2003). Devendo ser pensadas como instrumentos essenciais para garantir os direitos fundamentais do cidadão na perspectiva da emancipação e participação ativa na sociedade (ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

Nos municípios de pequeno porte as políticas públicas, de forma especial as sociais, tendem a adquirir papel determinante nas dinâmicas de desenvolvimento, na medida em que mobilizam grande parte do fundo público disponível; representam os principais espaços de disputa política entre os atores locais; qualificam as pessoas; garantem direitos; ampliam as oportunidades e contribuem para a melhoria das condições de vida da população local (ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

Foca-se o estudo no COREDE Missões, especialmente pelo fato do mesmo ser o *lócus*, no qual situa-se a sede do *Campus* Cerro Largo e por representar a origem de parte dos acadêmicos que a ele afluem, com suas demandas e aspirações. Com isso busca-se estudar a relação entre políticas sociais e desenvolvimento nos municípios de pequeno porte do COREDE Missões.

1.1.1 Problema

Tendo presente a relação entre políticas públicas sociais, fundo público, administração pública e desenvolvimento, pergunta-se como os municípios de pequeno porte do COREDE Missões tem realizado a aplicação do fundo público nas principais áreas das políticas sociais (educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, trabalho, previdência e assistência social) e quais as possíveis repercussões desta aplicação do fundo público nos indicadores de desenvolvimento apresentados pelos mesmos?

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos que norteiam este estudo na perspectiva de responder ao problema de pesquisa proposto.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre políticas públicas sociais e indicadores de desenvolvimento nos municípios de pequeno porte de COREDE Missões no período de 2007 a 2015.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Realizar o levantamento dos montantes do fundo público aplicados pelos municípios de pequeno porte nas políticas sociais de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, trabalho, previdência e assistência social.

b) Realizar o levantamento dos indicadores de desenvolvimento dos municípios de pequeno porte com base no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE.

c) Identificar potenciais relações entre a aplicação do fundo público nas políticas públicas sociais e os indicadores de desenvolvimento apresentados pelos municípios, com base no IDESE.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). Em seus incisos também fica claro que essas áreas são de responsabilidade prioritária do Estado na perspectiva de garantir os elementos básicos para sua efetivação na sociedade, quer por ação direta ou por parcerias com as instituições e organizações da sociedade civil. Por sua vez, o Art. 23, da referida Constituição, prevê que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito (BRASIL, 1988).

Com isso, o texto constitucional e as legislações decorrentes acabam colocando os municípios no centro da garantia dos direitos sociais pois eles representam o espaço onde os cidadãos vivem e constroem suas relações.

Esta centralidade dos municípios na execução de grande parte das políticas sociais e, por decorrência, na implantação das políticas sociais acarretou desafios para a gestão dos fundos públicos, transferindo para a administração pública municipal e para os conselhos municipais de políticas públicas parte das decisões sobre o uso dos recursos alocados, provenientes de receitas próprias ou decorrentes de transferências estaduais e federais. Porém, a efetividade da aplicação do fundo público em políticas sociais ainda é um desafio, pois muitos estados e municípios não realizam as transferências e/ou não alocam recursos suficientes nos fundos ou rubricas específicas para o cumprimento dos planos de ação definidos pelos conselhos nas suas áreas de atuação (MAGALHÃES JR; TEIXEIRA, 2002).

Os países, estados e municípios trabalham e desenvolvem planos para entregar à população serviços públicos que permitam acesso a recursos básicos, oferecendo melhor qualidade de vida (BÄCHTOLD, 2012). As políticas públicas que são de responsabilidade do Estado se transformam em programas, projetos e ações que buscam viabilizar a implementação e a manutenção de ações protetivas e promocionais para suprir as necessidades individuais e coletivas dos indivíduos (HÖFLING, 2001). Estas políticas públicas, em especial as sociais, também podem ser articuladas na relação entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população, viabilizar o crescimento econômico, reduzir as desigualdades e os riscos sociais, bem como buscar maior equidade nas relações sociais (ROSSINI; ROTTA; BORKOVSKI, 2017).

O interesse pelo estudo em questão decorre da participação no projeto de pesquisa em políticas sociais e desenvolvimento, denominado “Investimentos públicos e dinâmicas socioeconômicas no noroeste do Rio Grande do Sul”. A atuação no mesmo, como voluntária, possibilitou maior conhecimento sobre a região e sobre as políticas públicas sociais, bem como despertou o interesse em isolar uma parte desta mesma pesquisa para aprofundar estudos sobre a região missioneira,

especialmente no tocante à relação entre as políticas sociais e o desenvolvimento dos municípios de pequeno porte.

O COREDE Missões é integrante da Região Funcional 7 definido a partir da estratégia de planejamento da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015); composto por vinte e cinco municípios; localizado em área de fronteira com a Argentina; distante de grandes metrópoles/centros consumidores, dos portos e da capital do Rio Grande do Sul (RS); apresenta vinculação com a agropecuária, sendo esta sua principal atividade produtiva; possui pouca participação da indústria na formação do seu Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo apenas com 1,6% do PIB estadual da mesma, em 2012. Na comparação com outros COREDES, percebe-se, também, que o Missões apresenta indicadores sociais preocupantes, especialmente ligados à educação, saúde, saneamento básico e assistência aos grupos mais vulneráveis da sociedade (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

O COREDE missões apresenta uma das maiores perdas populacionais do estado do RS, nas duas últimas décadas, especialmente decorrentes da migração para centros urbanos fora da região e para outras regiões do país (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Esta realidade preocupante desafia a ampliação de estudos, no sentido de compreender o que vem ocorrendo na região de abrangência do COREDE Missões para levar a indicadores tão preocupantes em termos de desenvolvimento.

O indicador de desenvolvimento utilizado para realizar este estudo é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) que possui o intuito de mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. Possui como objetivo avaliar e acompanhar a evolução dos indicadores socioeconômicos dos municípios do Estado. E fornecer informações para o desenho de políticas públicas específicas, de acordo com as necessidades municipais. O Idese é composto por 12 indicadores, divididos em três blocos: Educação, Renda e Saúde (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Os cursos presentes na Universidade Federal da Fronteira Sul do *Campus* Cerro Largo, em especial o bacharelado em Administração, são desafiados a compreender esta realidade e produzir conhecimentos que possam elucidar os problemas e apontar perspectivas de solução. Estes desafios tornam-se objeto de

estudo e passam a ser tratados em pesquisas, programas e projetos de extensão e trabalhos de conclusão de curso, fazendo com que a Universidade assuma um lugar privilegiado de tratamentos dos mesmos, dando vazão aos anseios dos acadêmicos e da própria comunidade regional. Nesta direção é que se coloca este Trabalho de Conclusão de Curso, visando contribuir nestes estudos sobre a região, com foco especial para as políticas públicas sociais e para a administração pública.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão apresentadas as seções referentes à administração pública, políticas públicas, políticas sociais, desenvolvimento e desenvolvimento local, fundo público e orçamento público.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública consiste em uma atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para garantir os interesses coletivos (MORAES, 2003). Orientada pelos princípios previstos na Constituição Federal de 1988, em seu art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

De acordo com Fischer (2004 apud SCHOMMER, 2017 p.14) o administrador público era visto inicialmente como um simples executor de políticas, dentro dos princípios de eficiência e eficácia. Após as primeiras décadas do século XX, o administrador público, passa a ser percebido como um formulador de políticas públicas. E na década de 1960, o conceito da Nova Administração Pública (NAP) coloca em questão a responsabilidade social das organizações públicas, no sentido de provocar mudanças na sociedade e promover um nível mais alto de qualidade de vida e equidade social.

Na trajetória da administração pública, no Brasil, constata-se a presença de quatro grandes “modelos” que servem como referência para a definição da concepção de governo, gestão e organização dos processos e serviços: patrimonialista, burocrático, gerencial e social (FREITAS JÚNIOR, 2009).

O modelo patrimonialista é caracterizado pelo uso privado daquilo que é público, quer dizer, pela apropriação do aparelho do Estado e do próprio Estado por grupos de interesses, partidos políticos e demais representantes corporativos interessados nos benefícios assegurados pelo poder público, caracterizado por práticas de doações e liberações de benefícios governamentais (SCHOMMER, 2017).

O modelo burocrático, surgiu como forma de combater a corrupção e o nepotismo, com princípios orientadores para o desenvolvimento e profissionalização, impessoalidade, formalismo, em resumo, o poder racional-legal. Mas em consequência, o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica de servir a sociedade. O Estado limitava-se em manter a ordem, administrar a justiça e garantir os contratos e a propriedade (CHIAVENATO, 2008, p. 106-107).

O modelo gerencialista desenvolveu-se a partir da estrutura criada pela burocracia. Fundamenta-se na descentralização das decisões e funções, exigindo maior flexibilidade da gestão, horizontalidade de estrutura, orientações para os cidadãos e prestação de serviços baseados na eficiência (BRASIL, 1995).

O modelo social tem sua origem na crítica ao modelo gerencialista, tendo em vista que este prioriza a adaptação de ferramentas do setor privado à gestão pública, enquanto que o modelo social pressupõe a governança voltada à participação popular ativa, compreendendo que os referenciais do modelo gerencial são insuficientes para tratar da gestão pública, pois seu objetivo está voltado para o mercado e não para a prestação de serviços aos cidadãos. O modelo gerencialista compreende o resultado efetivo de políticas públicas pautadas por uma gestão eficiente e eficaz, enquanto que o modelo social direciona suas análises para a emancipação humana, sendo uma conjectura do processo de desenvolvimento, fortalecendo as características locais (SCHOMMER, 2017).

Nas últimas décadas emerge no Brasil uma tradição de estudos na área da gestão social, que procura destacar as questões e as especificidades ligadas à administração de empreendimentos sociais e das políticas sociais, trazendo novas compreensões sobre o papel do Estado e sua forma de organização e ação, no qual, são incorporados simultaneamente reflexões relacionadas à participação da sociedade e do Estado nos processos promotores do desenvolvimento (SCHOMMER, 2017). De acordo do Tenório (2005, p.121) a gestão social caracteriza-se como “o processo gerencial deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico”. A gestão social indica uma nova configuração no padrão de relações entre o Estado e a Sociedade, devendo ser pensada não só pelos seus fins, mas como um processo (FRANÇA FILHO, 2008). Quando relacionada ao processo de tomada de decisão de uma esfera pública que interage com a sociedade e o Estado,

visa promover uma administração pública ampliada, que busca pensar o uso das habilidades do homem para a sua emancipação. E ao tratar de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, a perspectiva da gestão social somente se concretiza se os usuários do processo atuassem na sua elaboração e implementação, promovendo a prática da cidadania deliberativa ²(TENÓRIO, 2005).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS SOCIAIS

A área do conhecimento sobre políticas públicas está ligada, à ciência política e pode ser “entendida como o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo” (CASTRO; OLIVEIRA, 2014 apud ROSSINI, 2018, p.29). Conforme Souza (2006 apud ROSSINI, 2018, p.29), não existe uma única definição sobre políticas públicas:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”⁴. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Neste sentido as políticas públicas, referem-se a área do conhecimento que visa colocar o governo em ação ou analisar essa ação, e quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações (SOUZA, 2003 apud ROSSINI, 2018, p.29). Ainda de acordo com a autora, nos governos democráticos, a formulação das políticas públicas é um estágio no qual os governos expressam “seus propósitos em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2003 apud ROSSINI, 2018, p.29). De acordo com Das Graças Rua (1997, p.4) a formulação das políticas “compreende

² “Cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2005, p.105).

um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos”.

A alocação dos recursos pode ser realizada adotando-se o critério por “setor de atividade”, na qual vincula-se a política pública, conforme a seguinte classificação:

- a) Políticas Sociais: aquelas destinadas a prover o exercício de direitos sociais como educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), habitação, etc.;
- b) Políticas Econômicas: aquelas cujo intuito é a gestão da economia interna e a promoção da inserção do país na economia externa. Ex.: política monetária, cambial, fiscal, agrícola, industrial, comércio exterior, etc.;
- c) Políticas de Infraestrutura: aquelas dedicadas a assegurar as condições para a implementação e a consecução dos objetivos das políticas econômicas e sociais. Ex.: política de transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário, marítimo e aéreo (aviação civil); energia elétrica; combustíveis; petróleo e gás; gestão estratégica da geologia, mineração e transformação mineral; oferta de água; gestão de riscos e resposta a desastres; comunicações; saneamento básico; mobilidade urbana e trânsito, etc.;
- d) Políticas de Estado: aquelas que visam garantir o exercício da cidadania, a ordem interna, a defesa externa e as condições essenciais à soberania nacional. Ex.: política de direitos humanos, segurança pública, defesa, relações exteriores, etc. (RUA; ROMANINI, 2013 apud ROSSINI, 2018, p.30).

Partindo desta classificação, tem-se em vista que as políticas públicas expressam o processo de elaboração e implementação do exercício do poder político, envolvem a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão e a repartição dos custos e benefícios sociais. As políticas públicas buscam responder as demandas, principalmente dos setores vulneráveis da sociedade, ampliando e efetivando o direito à cidadania (TEIXEIRA, 2002).

Estas possuem um papel regulador das relações econômico-sociais constituídas de fundos públicos. Para serem utilizados em áreas estratégicas de desenvolvimento e programas sociais. Configurando-se assim o chamado Estado de Bem-estar Social, proporcionando a distribuição de renda, reconhecimento dos direitos sociais e do controle político burocrático da vida dos cidadãos (TEIXEIRA, 2002).

De acordo com Höfling (2001, p. 38 - 39), o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade retrata os conflitos de interesses, as estruturas nas esferas de poder que percorrem as instituições do Estado e da sociedade como um todo. As formas de organização da sociedade e o poder de pressão e articulação de

diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania.

De acordo com Sposati (2002), as políticas públicas que visam proporcionar igualdade entre os cidadãos e assegurar vida humana adequada, são classificadas como políticas sociais. O seu foco é inicialmente voltado para o campo geral de políticas públicas, e em sequência, para a área social. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as políticas sociais são aquelas políticas públicas voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população, compreendendo as áreas da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

As políticas sociais têm suas origens nos movimentos populares do século XIX, procurando responder aos conflitos que surgiram na relação entre capital e trabalho, a partir da consolidação do capitalismo, e ao longo do século XX, de forma especial, com as experiências de Estado Social. Porém, o processo de reestruturação capitalista, fundado no movimento neoliberal, tem atribuído às políticas sociais e aos direitos conquistados pelos trabalhadores, muitos dos problemas da crise do Estado e da própria reprodução do capital, implicando em revisões e cancelamentos de políticas e de direitos. Nestas circunstâncias faz-se necessário reafirmar a visão das políticas sociais como “o conjunto de provisões de necessidades sociais do cidadão que são incluídas como de responsabilidade social e pública” (SPOSATI, 2002, p.38).

Castro (2012 apud ROSSINI, 2018, p.32), compreende a política social como “sendo composta por um conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação dos elementos do mercado” (p.1014). Para tornar isso possível, a política social busca realizar dois objetivos conjuntos: a proteção social e a promoção social.

A proteção social que efetiva-se na vinculação das ações da seguridade social e da solidariedade com os indivíduos em situações de dependência ou vulnerabilidade, dos quais podem ser citados: "(a) incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores externos, que independem da vontade

individual; (b) vulnerabilidade devido ao ciclo vital do ser humano - crianças e idosos” (CASTRO, 2012 apud ROSSINI, 2018, p.33).

A promoção social é compreendida como resultante da geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos e/ou grupos sociais. A geração de igualdades está relacionada à expansão da oferta de bens e serviços sociais, enquanto bens equalizadores providos pelo poder público, principalmente a escolarização e o acesso à saúde, como elementos centrais na geração de habilidades e capacidades em indivíduos e/ou grupo social. Para assegurar o exercício de tais capacidades são necessárias políticas de inclusão produtiva de diversos tipos e padrões, seja no meio rural ou nas cidades, sendo estes, elementos importantes para a promoção social. O que irá permitir a ampliação de oportunidades e a obtenção de melhores resultados pessoais e coletivos. No momento em que atinge o processo de universalização proporcionará à população carente o acesso a bens e serviços de qualidade (CASTRO, 2012 apud ROSSINI, 2018, p.33).

Castro (2012, apud ROSSINI, 2018, p.33) destaca que as políticas sociais contribuem para a ampliação das habilidades, capacidade de inclusão produtiva da população, considerado como um elemento central para o aumento da inovação e produtividade do trabalho. Assim, classificados como fatores decisivos para o crescimento econômico, gerando melhor distribuição da renda e queda das desigualdades sociais.

No Brasil, nos últimos 20 anos, ocorreu um processo crescente de oferta de políticas públicas. Dada a grande diversidade que recortava o país, as políticas sociais estavam no centro dos debates sobre agendas de desenvolvimento, nas quais estes contextos subnacionais exigiam um processo de implementação adaptável às realidades locais (SOUSA, 2014). O Estado brasileiro desenvolveu um modelo abrangente de política social em um período de 30 anos, na qual compete ao poder municipal o papel essencial de efetivação da parte mais substantiva das políticas sociais, sobretudo nos serviços de menor complexidade. A municipalização deu-se como via de execução de grande parte das políticas sociais, proporcionando aos administradores municipais desafios perante os novos compromissos de gestão e governança. A democratização contribuiu para a melhoria do bem-estar, favorecendo o crescimento e a consolidação das políticas sociais (SOUSA, 2014).

2.3 DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por um longo período a compreensão sobre desenvolvimento esteve apenas vinculada ao progresso econômico e tecnológico. A partir de 1990, passou a incorporar os adjetivos humano e sustentável, reconhecendo que o desenvolvimento econômico por mais indispensável e estratégico que seja, precisa estar vinculado a finalidades sociais (DEMO, 1995 apud ROSSINI; ROTTA; BORKOWSKI, 2017).

Furtado (2000) destaca que a ideia de desenvolvimento está relacionada à perspectiva histórico-estrutural, e possui ao menos três dimensões. A primeira refere-se ao incremento da eficácia do sistema social de produção, na medida em que a acumulação e o progresso técnico elevam a produtividade da força de trabalho. A segunda relaciona-se à satisfação das necessidades humanas elementares da população no sentido de garantir a dignidade e promover a cidadania. A terceira diz respeito ao projeto ideológico de futuro, à consecução dos objetivos definidos na esfera política e de interesses de grupos e classes sociais.

Neste sentido, o desenvolvimento implica, em um processo de transformação da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza. Trata-se de um fenômeno que acontece na dinâmica das relações sociais e em contextos concretos, associando crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população como um todo (ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

As propostas de desenvolvimento, advogam a necessidade de políticas sociais, para garantir a redistribuição de renda, a inclusão (social, econômica, política, cultural e tecnológica), a cidadania e a participação ativa dos sujeitos na sociedade (ROTTA *et.al.*, 2016).

A preocupação com a equidade socioeconômica e o equilíbrio ambiental surgiu como um meio de repensar o desenvolvimento e exigiu a criação de novos indicadores para medi-lo (ULTRAMARI; DUARTE, 2009). Uma das alternativas propostas é o chamado “desenvolvimento endógeno”, que pode ser identificado como desenvolvimento local; refere-se a um território socialmente construído, podendo remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade, quanto de um grupo de cidades, ou de uma região (BELLINGIERI, 2017).

As pessoas da comunidade local, deixam de ser apenas agentes observadores e passam a ser protagonistas e atuantes em busca de um meio-ambiente mais harmonioso, não deixando de atender as necessidades econômicas, mas, sobretudo, se preocupando com as questões sociais e ambientais (SANTIAGO, 2014, p. 32-33). Dessa forma, para promover o desenvolvimento local não se deve apenas visar o crescimento econômico, mas emancipar as pessoas, garantindo o acesso aos recursos e à cidadania (PINTO, 2015).

O desenvolvimento local pode ser definido pelas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais em um território delineado por especificidades que proporcionam mudanças naquele espaço. Fundamenta-se, sobretudo, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que compõem o capital social (GEHLEN, 2004, p.102).

O capital social é definido por Franco (2004) como um conjunto de recursos associados a redes de conexões entre pessoas, que promovem parceria, reconhecimento mútuo, confiança, reciprocidade, solidariedade e cooperação. Proporcionando o empoderamento da população, quanto a sua capacidade de participação na sociedade civil, nas decisões públicas e nos fóruns de desenvolvimento. Nesse sentido, Santiago (2014) destaca que para desenvolver uma localidade, os indivíduos devem ser participantes ativos, possuir voz ativa junto às organizações e ao governo, lutar por melhores condições de vida, sugerir melhorias dos processos e estar engajado na construção de cenários alternativos para a localidade e a região a qual pertence.

2.4 FUNDO PÚBLICO E ORÇAMENTO PÚBLICO

O fundo público exerce função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo este fundamental tanto para a esfera da acumulação produtiva, quanto para o âmbito das políticas sociais. Possui papel relevante na manutenção do capitalismo, na esfera econômica, e na garantia do contrato social; sendo também determinante na articulação das políticas sociais e na sua relação com reprodução do capital (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014).

De acordo com Salvador (2012), o fundo público envolve toda capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia e nas demais dimensões de organização da sociedade, quer via empresas públicas, política monetária, fiscal e tributária ou orçamento público, visando o desempenho de suas múltiplas funções. Conforme Behring (2010), uma das principais formas de realização do fundo público ocorre por meio de todo o trabalho excedente, da extração de recursos da sociedade, via tributação, contribuições e taxas, apropriados pelo Estado, para desempenho de inúmeras funções.

O orçamento público compõe o fundo público. Segundo, Piscitelli, Timbó e Rosa (2006 apud SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p.17) este é caracterizado como um instrumento utilizado pelo poder público, em qualquer uma de suas esferas públicas, para expor, em determinado período, seu programa de atuação, apresentando a origem e o montante de recursos a serem arrecadados, assim como a natureza e o montante das despesas.

Conforme, Oliveira (2009 apud SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 17) o orçamento é uma ferramenta de cunho político, utilizada para orientar as negociações referente aos interesses dos membros da sociedade no que se refere ao financiamento do Estado, e é utilizado como instrumento de controle e direcionamento de gastos. Atua como um instrumento de transparência da vida política de uma sociedade à medida que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, sobre que classe recai o maior ou o menor ônus da tributação, e as que mais se beneficiam com os seus gastos. Através do orçamento público, o Poder Executivo busca cumprir programas determinados pelo governo ou viabilizar objetivos macroeconômicos, escolhendo qual programa será implementado e quais são os objetivos de política econômica e social que refletem nos interesses das classes, envolvendo negociações com seus representantes políticos, na qual o orçamento é a expressão das suas reivindicações.

A Constituição Federal de 1988, trata dos orçamentos públicos em seu art. 165, estabelecendo instrumentos para o seu planejamento e execução, tais como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA). Contudo o LDO deverá compreender as metas e os planejamentos estabelecidos no (PPA) que terão prioridade na programação, e

orientando assim, a Lei Orçamentária Anual (LOA), que traduz estes planos em instrumentos financeiros (HADDAD; MOTA, 2010).

Conforme Abdala (2008), cada ente da federação possui autonomia e capacidade de autogoverno e autoadministração. À União cabe o interesse geral; aos Estados, questões regionais; e, aos municípios assuntos de interesse local, assim como a organização e prestação de serviços públicos (transporte, educação, saúde), disposição territorial, controle do uso do solo, assim como, promover programas de melhoria habitacional e de saneamento básico. Esta descentralização favoreceu aos municípios a repartição dos recursos financeiros, mas também lhes transferiu a responsabilidade de implementar políticas públicas e sociais.

Os subsídios financeiros para atender às necessidades e às demandas dos municípios são provenientes das receitas públicas, definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como todas as entradas de caráter não devolutivo utilizadas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas (BRASIL, 2005).

A Lei nº 4320/64, em seu art. 11, prevê que a receita se classificará nas seguintes categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes são o somatório das receitas tributárias, contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências, e, também, deduções de contribuições de servidores para o sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira. As receitas de capital são constituídas por receitas decorrentes das operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e transferências de capital da União e dos Estados (ABDALA, 2008).

As arrecadações municipais decorrem, principalmente, das receitas tributárias que estão diretamente vinculadas à atividade econômica de cada município, sendo compostas por taxas, impostos e contribuições de melhoria; e, através das receitas correntes que correspondem a repasses de recursos do Estado e da União (ABDALA, 2008).

Os impostos de competência privativa dos municípios, previsto no art. 56 da CF 88, são: Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana; Imposto sobre Transmissão de Propriedade Imobiliária *Inter-Vivos*; e, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (BRASIL, 1988). Já nas transferências correntes da União aos

municípios tem-se: Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Transferências da compensação financeira pela exploração de Recursos Naturais; e, Transferências de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). E também estão previstos na CF 88, repasses financeiros do Estado para os municípios, sendo os principais: a Cota-Parte do ICMS; e, a Cota-Parte do IPVA (ABDALA, 2008).

As transferências multigoveramentais também compõem umas das modalidades de transferências de recursos aos municípios, sendo a principal, a transferência de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da valorização do magistério (ABDALA, 2008). Contudo, é de suma importância conhecer as principais origens dos recursos dos municípios e sua destinação, pois é a partir destes que as propostas de governo serão efetivadas (ROSSINI, 2018).

A partir da compreensão básica dos conceitos que norteiam a pesquisa, passa-se ao detalhamento da metodologia utilizada para atingir aos objetivos estabelecidos, apresentando os procedimentos de coleta de dados e o tratamento metodológico que será adotado na análise dos mesmos.

3 MÉTODO E METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida representa um recorte específico de um projeto em vigor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), denominado “Investimentos públicos e dinâmicas socioeconômicas no noroeste do Rio Grande do Sul”, a qual buscou analisar a inter-relação entre políticas sociais e desenvolvimento, através do estudo específico do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS) no período compreendido entre 1997 e 2015. E identificar como os investimentos nas áreas de educação e cultura, saúde e saneamento, habitação e urbanismo, trabalho, previdência e assistência social podem ter atuado como impulsionadores da dinâmica econômica regional, bem como da melhoria das condições de vida da população. Neste recorte da pesquisa mais ampla, foram seguidos os mesmos pressupostos do método e da metodologia.

Em termos metodológicos, a pesquisa esteve embasada nos princípios da dialética: historicidade, contradição e totalidade. A historicidade no sentido da processualidade, da não naturalização dos fenômenos, da contextualização, do entendimento das suas vinculações objetivas com a realidade concreta e com os espaços específicos. A contradição como possibilidade de perceber os diversos interesses em disputa, a não linearidade, os avanços, retrocessos e tensões que permeiam qualquer realidade concreta e suas manifestações. A totalidade como imperativo que permite perceber a interligação entre os diferentes elementos que compõem qualquer fenômeno, realidade ou manifestação do mesmo. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) o método dialético parte do princípio de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição peculiar a cada fenômeno. Desta maneira, faz-se necessário estudar todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança.

A pesquisa procura articular as abordagens quantitativa e qualitativa, trabalhando com dados secundários, obtidos a partir de fontes públicas oficiais (Secretária do Tesouro Nacional³ e do Índice de Desenvolvimento

³ Entre os anos de 1997 a 2012 os dados das contas municipais eram disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional através da Finanças Brasil – Dados Contábeis do Municípios

Socioeconômico⁴), com documentos e referências bibliográficas a respeito da temática, visando entender o contexto, construir referenciais analíticos, realizar a análise e estabelecer algumas inferências.

Conforme Minayo (2002), a divisão que se constituiu historicamente entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa decorre de uma determinada compreensão da realidade e da especificidade das pesquisas em ciências sociais. Contudo, ela deixa claro que a opção pelo método dialético permite captar os dados quantitativos como elementos importantes para a compreensão e a análise da realidade em sua totalidade histórica, bem como concreta e não adquirindo sentido por si só. Os dados foram instrumentos para a compreensão e a análise da realidade encontrada nos municípios estudados. A pesquisa bibliográfica foi um aporte constante e fundamental para aprofundar a discussão a respeito do fundo público, do orçamento público, das políticas sociais e do desenvolvimento local e também para subsidiar as análises realizadas.

Os dados foram coletados, selecionados, organizados e analisados a partir da técnica da “análise de conteúdos”. Bardin (1979) destaca três etapas essenciais a serem seguidas no processo de uso da análise de conteúdo: a *pré-análise*, que é a fase de organização do material; a *descrição analítica*, onde o material organizado é submetido a um estudo aprofundado com base nos referenciais teóricos da pesquisa; e a *interpretação referencial*, onde os elementos da pesquisa são relacionados com as variáveis mais complexas da pesquisa como um todo e da totalidade social em que estão inseridos.

Definiu-se como *lócus* da pesquisa os municípios com população inferior a 5 (cinco) mil habitantes, pertencentes ao COREDE Missões, com base na estimativa

(FINBRA). A partir de 2013, o Tesouro Nacional implantou o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Maiores informações vide <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>> (BRASIL, 2018).

⁴ O IDESE é elaborado pelo Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Órgão ligado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O IDESE avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos, das microrregiões, dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e do Estado do Rio Grande do Sul quanto à educação, à renda e à saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento. É um indicador existente desde a década de 1990. Porém, em 2006 houve mudança em sua metodologia de cálculo, procurando aproximá-lo do IDHM, o que gera, a partir de 2007, uma sequência histórica que será a referência deste trabalho. Maiores informações vide <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>> (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

de população⁵ do ano de 2015, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Esta escolha advém pelo fato de entender que se tratam de pequenos municípios na compreensão do universo local-regional. Sabe-se das múltiplas caracterizações existentes em institutos de pesquisa e estatística, em agências oficiais e também em órgãos públicos quando se fala em pequenos municípios⁶, porém opta-se por uma caracterização que coaduna com a compreensão regional do que se entenda por pequenos municípios.

O período definido para a pesquisa (2007-2015) provém da disponibilidade dos dados na nova metodologia do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) que avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos em relação à educação, renda e saúde, em formato semelhante, permitindo comparações entre os municípios, e destes com o estado do Rio Grande do Sul. O ano de 2007 representa a primeira sequência de dados do IDESE na nova metodologia e o de 2015, a última disponível no portal da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Trabalhou-se com as planilhas de “gasto por função”, dos onze municípios selecionados e para o período estabelecido. As planilhas foram extraídas do sistema da Secretaria do Tesouro Nacional, e os dados organizados a partir das áreas de políticas sociais definidas (Educação, Cultura, Saúde, Saneamento, Habitação, Urbanismo, Previdência, Assistência Social e Trabalho). Depois de extraídos e organizados, foi composta a sequência histórica dos recursos orçamentários aplicados em políticas sociais. Foi realizada a atualização dos recursos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) para o dia 30 de junho de 2018. A partir desta atualização foi possível estabelecer os percentuais aplicados nas respectivas políticas sociais e no seu conjunto, tendo presente o total do gasto público por função, em cada ano e ao longo de todo o período, tendo-se

⁵ Apresenta estimativas populacionais anuais de população para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros, com data de referência em 1º de julho. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>> (BRASIL, 2018).

⁶ Existe uma diversidade muito grande de classificações dos municípios a fim de caracterizar o que seriam pequenos, médios e grandes. Entende-se que essas classificações trabalham com uma medida geral que, quando aplicada para o universo regional, pode gerar, no limite, uma caracterização de que todos os municípios da região das Missões sejam enquadrados como pequenos. Ou seja, com população inferior a 100 mil habitantes. Como o objetivo do trabalho era entender a realidade dos menores municípios da região em termos de população, optou-se por um recorte daqueles com população inferior a 5 mil habitantes, pois eles representam os menores municípios da região, entendidos como pequenos municípios.

assim presente a trajetória dos montantes totais investidos nas nove áreas selecionadas, seus percentuais em relação ao orçamento total disponível e os valores *per capita* aplicados.

Processo semelhante foi feito com o IDESE. Os dados do IDESE dos onze municípios selecionados foram extraídos da base de dados *on-line* da FEE e organizados por área (educação, saúde e renda), e no seu conjunto (IDese de cada município e do RS, para o período de 2007 a 2015), a fim de possibilitar a análise comparativa e o estabelecimento de possíveis relações com os recursos do fundo público aplicado nas políticas sociais selecionadas. Buscando identificar os possíveis impactos nos indicadores de desenvolvimento, realizou-se a organização de foram organizados gráficos e tabelas no Excel 2016, a fim de realizar a análise descritiva e comparativa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção é apresentada a análise da relação entre políticas públicas sociais e indicadores de desenvolvimento nos municípios de pequeno porte de COREDE Missões no período de 2007 a 2015, tendo presente a trajetória dos montantes totais investidos nas nove áreas selecionadas, seus percentuais em relação ao orçamento total disponível, e os valores *per capita* aplicados. Para analisar possíveis impactos nos indicadores de desenvolvimento, centrou-se nos dados do IDESE.

Na análise dos montantes totais investidos, pelos municípios ao longo do período de 2007 a 2015, em cada área de política social e no geral das nove selecionadas, conforme a Tabela 1, observa-se um crescimento expressivo e permanente nos valores totais aplicados. No ano de 2007, os valores médios aplicados pelos municípios estavam na faixa dos 3 milhões de reais, sendo o menor valor o de Ubiretama (R\$ 2.548.650,82) e o maior o de Garruchos (R\$ 4.236.604,41). No final de 2015, a média de valores passa para a casa dos 6 milhões, representando um aumento médio de 50,43%. Durante todo o período percebem-se oscilações dos investimentos totais aplicados pelos municípios nas políticas sociais, onde o município que permanece com um investimento linear é Garruchos, com os maiores valores, em torno 7 milhões. Sete de Setembro, corresponde ao município com os menores valores investidos, em torno de 5 milhões, em 2015.

Evidencia-se que os acréscimos mais significativos nos valores do fundo público aplicados em políticas sociais ocorrem entre 2007 e 2008 e 2011 a 2013, período no qual o país apresentou crescimento na economia, com destaque para todo o ramo da agropecuária e do setor de serviços; setores estes que são base da economia da região em estudo. De acordo com Saboia (2014), a economia brasileira, desde 2003, apresentou oscilações constantes no seu desempenho. No período entre 2004 a 2008 houve um crescimento expressivo do Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, no último trimestre de 2008 a crise internacional atingiu o país, levando o governo a tomar medidas para tentar minimizar seus efeitos. Após uma breve recessão, em 2009, a economia volta a crescer em 2010, porém os anos

de 2011 a 2013 já evidenciam uma situação de menor desempenho, a qual irá desencadear uma nova crise em 2014. Esse desempenho da economia, de certa forma, está na base da explicação do comportamento da aplicação do fundo público em políticas sociais nos respectivos municípios, ainda mais tendo presente que grande parte dos recursos disponíveis pelos mesmos decorrem de transferências, provenientes de outras esferas da federação, como bem evidenciado por Rossini (2018). Outro fator atribuído as oscilações nas aplicações, podem estar associadas às mudanças nas gestões municipais em decorrência de trocas de partidos, ou coligações partidárias que ascendem ao poder, via eleições, durante o período analisado (ROSSINI, 2018).

Tabela 1 – Recursos aplicados pelos municípios em políticas sociais: 2007 a 2015.

A N O	Município	Educação	Cultura	Habitação	Urbanismo	Saúde	Saneamento	Assistência Social	Previdência Social	Trabalho	Total Pol. Sociais Selecionadas	Total Despesas por Função
2007	Dezesseis de Novembro	1.439.534,00	0,00	32.103,00	21.758,00	882.653,00	48.310,00	123.902,00	115.057,00	0,00	2.663.317,00	5.343.297,00
	Eugênio de Castro	1.723.870,19	27.414,27	0,00	187.851,91	1.122.338,95	141.108,26	206.579,28	171.144,40	0,00	3.580.307,26	6.002.292,66
	Garruchos	2.077.056,64	42.505,54	45.000,00	14.497,20	1.562.628,83	200.364,16	245.692,35	48.859,69	0,00	4.236.604,41	7.732.990,43
	Mato Queimado	1.276.485,65	191.342,46	74.021,81	987.529,09	921.787,14	52.547,82	59.060,35	0,00	0,00	3.562.774,32	5.606.772,69
	Pirapó	1.480.593,90	32.585,99	42.932,01	42.875,40	1.212.189,23	155.621,60	268.529,38	100.422,90	0,00	3.335.750,41	5.711.345,67
	Rolador	1.638.870,54	0,00	0,00	4.014,13	1.090.211,85	0,00	95.969,61	1.000,00	0,00	2.830.066,13	5.388.615,10
	Salvador das Missões	1.689.154,74	14.472,10	98.500,00	110.458,66	922.042,83	137.412,62	42.913,00	67.519,07	0,00	3.082.473,02	6.304.919,32
	São Pedro do Butiá	1.536.880,13	220.938,89	53.892,83	623.462,01	1.127.309,36	0,00	67.742,29	280.908,10	0,00	3.911.133,61	6.779.941,80
	Sete de Setembro	1.372.339,80	24.293,97	7.260,36	22.656,61	717.537,18	159.831,19	354.805,70	69.465,61	0,04	2.728.190,46	4.954.678,92
	Ubiretama	1.347.103,35	0,00	33.337,98	56.857,26	859.154,88	122.386,16	53.365,43	71.183,58	5.262,18	2.548.650,82	4.897.312,92
2008	Dezesseis de Novembro	1.122.041,32	11.021,00	199.687,91	53.704,74	981.266,01	57.877,10	244.835,44	308.892,12	0,00	2.979.325,64	5.582.282,22
	Eugênio de Castro	1.235.817,00	0,00	53.625,00	560,00	1.171.051,00	265.798,00	177.484,00	151.433,00	0,00	3.055.768,00	6.202.474,00
	Garruchos	1.484.745,88	1.800,00	0,00	291.684,51	1.334.472,56	172.225,62	171.105,27	179.254,93	0,00	3.735.288,77	7.033.014,46
	Mato Queimado	1.904.368,98	50.122,69	0,00	196.188,05	1.596.378,04	149.020,50	202.734,48	63.378,58	0,00	4.162.191,32	7.715.024,61
	Pirapó	999.074,83	103.341,75	112.969,75	1.245.325,68	1.158.775,91	33.085,25	91.047,71	0,00	0,00	3.743.620,88	5.470.576,29
	Rolador	1.304.081,85	28.442,60	83.968,15	44.114,14	1.466.228,14	201.850,91	336.597,33	123.578,81	0,00	3.588.861,93	6.382.852,88
	Salvador das Missões	1.344.319,62	0,00	33.669,00	0,00	1.208.239,35	98.491,51	134.532,83	0,00	0,00	2.819.252,31	6.466.613,18
	São Pedro do Butiá	1.360.446,55	11.490,45	141.500,00	89.635,24	864.049,72	169.243,38	36.693,47	76.614,33	0,00	2.749.673,14	7.459.822,91
	Sete de Setembro	1.169.284,04	1.040.901,34	49.073,35	1.160.706,58	1.496.714,84	0,00	178.316,30	436.022,35	0,00	5.531.018,80	9.093.711,77
	Ubiretama	1.033.067,07	16.313,95	1.300,10	303.784,68	1.251.577,92	185.731,70	158.529,03	0,00	15.940,00	2.966.244,45	5.596.684,86
2009	Dezesseis de Novembro	893.795,22	0,00	1.267,84	214.036,73	1.080.262,62	201.602,85	183.647,18	289.301,19	0,00	2.863.913,63	5.483.278,67
	Eugênio de Castro	1.420.347,70	13.650,00	71.798,15	90.945,87	1.358.444,63	80.319,32	288.723,60	109.913,56	0,00	3.434.142,83	6.308.180,82
	Garruchos	1.553.009,00	940,00	40.507,00	410,00	1.190.385,00	245.609,00	243.387,00	185.036,00	0,00	3.459.283,00	7.253.264,00
	Mato Queimado	1.619.839,60	36.744,28	0,00	136.289,42	1.260.065,24	169.216,78	246.571,51	260.107,01	0,00	3.728.833,84	6.755.579,27
	Pirapó	2.250.926,36	48.500,75	84.000,00	116.232,25	1.992.283,30	197.574,37	408.759,74	99.200,30	0,00	5.197.477,07	9.350.030,80
	Rolador	1.079.363,05	137.512,23	109.950,63	1.412.288,84	1.162.025,09	55.729,20	101.716,72	0,00	0,00	4.058.585,76	6.507.358,87
	Salvador das Missões	1.619.383,96	32.542,75	4.170,44	30.377,73	1.766.848,04	201.229,40	266.840,08	168.358,93	0,00	4.089.751,33	6.822.344,71
	São Pedro do Butiá	1.352.134,77	0,00	30.027,59	0,00	1.416.383,22	24.384,97	153.196,70	66.879,86	0,00	3.043.007,11	7.578.341,73
	Sete de Setembro	2.671.855,37	17.889,65	305.039,43	199.399,25	1.652.752,05	237.119,73	47.483,64	137.869,74	0,00	5.269.408,86	9.388.694,76
	Ubiretama	1.153.502,76	213.575,91	123.859,29	617.735,47	1.413.834,90	0,00	145.187,88	444.661,33	0,00	4.112.357,54	8.403.968,23
2010	Dezesseis de Novembro	786.672,47	10.036,67	0,00	71.316,34	1.344.326,38	174.776,89	159.411,84	93.419,68	4.472,11	2.644.432,38	5.826.249,51
	Eugênio de Castro	871.926,23	0,00	64.949,48	240.029,86	1.458.441,82	0,00	207.946,07	371.767,12	0,00	3.215.060,58	5.946.205,18
	Garruchos	1.469.969,15	13.645,05	127.847,30	2.272.890,19	1.501.919,24	54.611,93	315.507,50	148.457,22	0,00	5.904.847,58	9.083.173,93
	Mato Queimado	1.444.116,00	0,00	149.150,00	0,00	1.233.777,00	201.922,00	216.289,00	266.445,00	0,00	3.511.699,00	6.908.236,00
	Pirapó	2.056.428,98	5.920,20	16.020,00	281.158,88	1.658.777,75	203.334,81	289.558,32	0,00	0,00	4.511.198,94	8.469.909,73
	Rolador	2.242.635,41	94.954,35	0,00	120.451,82	2.107.909,14	205.628,75	367.966,29	148.314,01	0,00	5.287.859,77	10.046.990,59
	Salvador das Missões	1.389.349,95	137.736,01	0,00	1.109.096,03	1.672.745,48	80.003,05	296.928,79	0,00	0,00	4.685.859,31	7.294.926,63
	São Pedro do Butiá	2.238.102,52	15.000,00	1.190,00	37.349,27	1.970.809,36	800,22	258.260,00	223.559,35	0,00	4.745.070,72	7.477.287,67
	Sete de Setembro	1.425.141,78	0,00	543.324,45	0,00	1.823.271,17	177.415,62	182.706,12	99.853,56	0,00	4.251.712,70	8.117.408,75
	Ubiretama	1.513.220,39	85.894,71	336.469,17	646.201,08	2.011.888,34	205.764,01	70.838,72	195.433,98	0,00	5.065.710,40	9.768.195,30
2011	Dezesseis de Novembro	1.090.467,98	143.174,72	45.522,27	584.277,73	1.418.681,97	0,00	120.777,26	443.079,26	0,00	3.845.981,19	7.422.351,78
	Eugênio de Castro	823.180,52	36.556,81	181.761,23	14.443,46	1.444.797,60	200.005,63	199.214,81	136.322,33	414,52	3.036.696,91	7.406.391,08
	Garruchos	1.134.496,20	44.157,84	0,00	245.666,14	1.267.032,53	31.350,68	240.352,83	385.747,26	0,00	3.348.803,48	6.097.004,31
	Mato Queimado	1.558.749,13	12.677,92	105.555,87	0,00	1.468.238,64	38.528,47	277.272,63	208.709,95	0,00	3.669.732,61	8.294.072,85
	Pirapó	1.702.898,00	0,00	131.900,00	0,00	1.303.509,00	230.245,00	230.934,00	299.699,00	0,00	3.899.185,00	7.817.014,00
	Rolador	2.729.301,48	2.376,60	0,00	197.169,19	2.007.112,10	193.530,66	458.097,87	0,00	0,00	5.587.587,90	9.736.924,18
	Salvador das Missões	3.169.010,29	96.042,01	0,00	43.056,79	3.024.544,95	132.472,79	430.208,81	183.509,24	0,00	7.078.844,88	13.067.322,64
	São Pedro do Butiá	1.427.011,25	194.644,21	79.261,98	1.119.877,09	1.701.266,18	128.239,57	391.797,68	0,00	0,00	5.042.097,96	7.796.487,44
	Sete de Setembro	1.094.668,86	29.672,84	191.476,52	59.024,51	1.152.452,83	8.672,08	245.058,13	275.445,98	0,00	3.056.471,75	8.202.050,29
	Ubiretama	1.537.360,91	0,00	4.051,00	0,00	1.621.862,16	113.300,97	153.881,01	81.848,79	0,00	3.512.304,84	7.566.307,99
2012	Dezesseis de Novembro	1.692.006,17	51.987,03	324.826,02	582.298,26	2.572.451,38	33.695,00	106.730,66	212.426,52	0,00	5.576.421,04	10.121.518,52
	Eugênio de Castro	1.300.789,71	165.559,98	27.647,33	598.959,97	1.565.804,01	0,00	238.189,93	609.877,58	0,00	4.506.828,51	8.238.202,75
	Garruchos	921.058,34	233.700,62	39.776,86	70.365,19	1.517.747,57	231.686,20	254.836,12	231.604,36	2.677,77	3.503.453,03	6.887.458,71
	Mato Queimado	1.050.567,54	37.229,00	10.330,56	92.585,18	1.340.558,08	44.607,13	314.389,29	588.744,08	0,00	3.479.010,86	6.583.153,71
	Ubiretama	1.928.533,02	0,00	236.976,89	0,00	1.858.014,46	70.196,30	427.847,12	255.705,59	0,00	4.777.273,38	8.435.211,94

Continua.

Continuação.

A N O	Município	Educação	Cultura	Habitação	Urbanismo	Saúde	Saneamento	Assistência Social	Previdência Social	Trabalho	Total Pol. Sociais Seleccionadas	Total Despesas por Função
2012	Dezesseis de Novembro	1.942.038,00	403,00	504.908,00	0,00	1.548.260,00	361.436,00	300.760,00	335.482,00	0,00	4.993.287,00	9.010.432,00
	Eugênio de Castro	2.765.584,28	450,00	0,00	466.682,46	2.170.798,80	288.689,94	449.817,76	0,00	0,00	6.142.023,24	10.737.765,49
	Garruchos	4.248.598,86	111.610,66	135.397,60	137.054,11	3.967.358,00	466.707,00	475.088,77	213.292,96	0,00	9.755.107,96	16.391.732,75
	Mato Queimado	2.173.269,15	216.641,41	0,00	1.027.997,08	1.917.386,75	105.694,05	400.737,70	0,00	0,00	5.841.726,14	8.628.316,73
	Pirapó	1.851.021,50	15.000,00	59.859,78	63.006,45	2.341.462,56	242.820,75	445.058,69	417.368,35	0,00	5.435.598,08	9.089.171,85
	Rolador	1.863.616,56	0,00	4.308,30	0,00	2.122.255,31	40.586,67	282.437,71	68.585,81	0,00	4.381.790,36	8.989.169,18
	Salvador das Missões	2.291.207,49	51.212,61	280.457,79	260.747,23	2.664.846,20	304.868,08	97.785,96	305.598,97	0,00	6.256.724,33	10.666.736,22
	São Pedro do Butiá	1.878.197,95	160.556,20	14.919,74	786.997,75	1.864.123,86	0,00	290.649,53	616.626,33	0,00	5.612.071,36	10.710.656,49
	Sete de Setembro	1.183.323,44	67.092,91	0,00	91.395,86	1.844.482,98	225.993,47	340.705,86	302.490,35	105,00	4.055.589,87	7.508.225,35
	Ubiretama	1.196.115,59	41.942,98	3.669,44	456.091,58	1.844.542,31	47.253,14	442.854,40	486.101,16	0,00	4.518.570,60	8.228.967,23
2013	Vitória das Missões	2.127.904,46	29.261,64	220.012,90	0,00	2.024.432,99	118.874,70	410.769,45	308.512,96	0,00	5.239.769,10	8.760.547,69
	Dezesseis de Novembro	1.771.377,00	0,00	8.243,00	0,00	2.120.550,00	167.849,00	424.498,00	0,00	0,00	4.492.517,00	9.261.158,00
	Eugênio de Castro	2.870.626,08	DNI	DNI	352.999,75	2.112.737,49	138.374,88	390.948,30	DNI	DNI	5.865.686,50	10.609.946,13
	Garruchos	2.876.250,89	105.217,04	DNI	19.685,56	3.575.829,88	2.876.250,89	365.454,04	301.913,87	DNI	10.120.602,17	13.113.687,36
	Mato Queimado	2.271.919,91	141.354,14	DNI	878.368,58	2.156.501,94	62.769,85	325.785,14	DNI	DNI	5.836.699,56	8.829.075,93
	Pirapó	2.050.530,63	30.250,00	81.196,85	58.598,67	2.802.701,88	192.287,01	361.520,44	480.675,46	DNI	6.057.760,94	9.662.245,87
	Rolador	2.385.225,50	DNI	18.763,70	DNI	2.268.769,72	48.991,74	287.597,11	154.892,67	DNI	5.164.240,44	9.953.396,27
	Salvador das Missões	1.823.171,76	11.348,20	59.002,81	133.471,73	2.825.604,43	436.161,40	101.029,90	383.085,51	0,00	5.772.875,74	10.027.915,82
	São Pedro do Butiá	1.558.222,61	219.674,66	9.200,00	940.357,77	2.106.269,74	DNI	300.981,64	885.604,03	DNI	6.020.310,45	10.640.438,53
	Sete de Setembro	1.280.203,89	50.783,61	DNI	153.333,02	2.560.881,30	213.592,94	336.789,37	330.866,00	624,75	4.927.074,88	9.732.748,51
2014	Ubiretama	1.580.537,76	67.340,37	11.308,70	107.910,53	2.064.214,56	81.647,43	465.928,65	520.745,34	DNI	4.899.633,34	8.643.784,58
	Vitória das Missões	1.979.520,85	33.083,82	229.657,05	DNI	2.413.624,25	67.698,80	468.670,26	363.258,83	DNI	5.555.513,86	10.066.216,42
	Dezesseis de Novembro	1.983.542,00	950,00	926,00	0,00	2.018.366,00	296.939,00	604.908,00	461.221,00	0,00	5.366.852,00	10.644.434,00
	Eugênio de Castro	3.468.271,14	400,00	0,00	256.290,53	2.919.954,68	177.742,26	416.622,61	0,00	0,00	7.239.281,22	12.778.791,35
	Garruchos	2.818.680,58	55.779,30	0,00	4.872,30	3.503.703,91	101.097,15	562.161,99	393.080,14	0,00	7.439.375,37	13.282.422,80
	Mato Queimado	2.574.807,76	186.543,17	508.989,11	1.126.686,88	3.325.737,08	133.268,53	204.589,28	0,00	0,00	7.060.621,81	10.238.612,59
	Pirapó	2.147.672,24	63.969,20	217.077,03	13.489,72	3.104.295,90	250.005,88	431.829,78	601.742,63	0,00	6.830.082,38	11.050.476,86
	Rolador	2.874.222,83	12.369,50	18.179,45	14.500,00	3.260.916,12	24.428,40	294.074,39	136.359,67	0,00	6.635.050,36	12.470.016,32
	Salvador das Missões	2.239.656,94	24.507,06	DNI	510.183,13	2.845.370,03	371.621,19	217.064,28	911.080,75	DNI	7.119.483,38	12.627.344,02
	São Pedro do Butiá	1.973.202,78	61.467,68	7.860,55	962.626,13	2.448.360,44	163.951,40	327.848,51	369.752,52	0,00	6.315.070,01	11.579.693,39
2015	Sete de Setembro	1.424.598,55	66.955,39	0,00	59.741,50	2.364.697,11	229.864,45	407.247,18	362.662,76	301,08	4.916.068,02	9.243.239,34
	Ubiretama	1.379.045,79	69.597,67	0,00	387.416,00	2.216.404,60	98.354,89	504.331,82	456.586,35	0,00	5.111.737,12	10.043.548,58
	Vitória das Missões	2.719.614,93	71.646,38	527.489,65	0,00	2.641.445,31	54.138,53	691.300,97	435.510,38	0,00	7.141.146,15	11.550.406,15
	Dezesseis de Novembro	2.212.131,30	0,00	5.550,00	0,00	2.058.728,79	277.624,30	652.656,39	609.376,87	0,00	5.816.067,65	10.962.690,36
	Eugênio de Castro	3.216.001,64	0,00	27.700,00	350.783,32	2.348.910,00	208.866,04	472.320,91	0,00	0,00	6.624.581,91	12.157.862,07
	Garruchos	2.533.867,16	5.849,01	0,00	7.252,22	2.901.401,80	101.004,87	553.502,61	458.697,43	0,00	6.561.575,10	12.121.731,94
	Mato Queimado	2.530.456,85	310.723,94	182.112,88	1.958.667,58	2.304.321,05	89.739,52	344.799,50	0,00	0,00	7.720.821,32	10.842.505,34
	Pirapó	2.370.389,59	142.767,49	135.675,38	70,82	3.013.630,98	302.403,38	486.593,88	640.446,09	0,00	7.091.977,61	12.061.564,38
	Rolador	2.471.006,41	0,00	25.108,26	432.842,43	2.565.345,68	42.898,58	0,00	141.149,07	0,00	5.678.350,43	12.204.166,93
	Salvador das Missões	2.339.810,66	14.212,79	0,00	265.180,68	2.660.225,83	370.475,93	249.561,64	1.295.764,68	0,00	7.195.232,21	12.428.030,83
2016	São Pedro do Butiá	2.043.797,55	45.233,34	17.199,70	1.071.107,46	2.447.831,88	233.571,48	346.192,90	522.843,10	0,00	6.727.777,41	12.429.293,65
	Sete de Setembro	1.549.044,45	45.694,77	0,00	59.419,66	2.176.563,78	307.239,52	476.674,34	451.731,25	3.966,50	5.070.334,27	9.427.610,19
	Ubiretama	1.565.807,56	32.504,54	8.334,66	14.688,09	2.167.265,92	207.048,68	492.226,91	709.714,01	29.788,00	5.227.378,37	9.867.647,33
	Vitória das Missões	2.394.314,34	55.255,31	339.557,98	0,00	2.611.493,16	83.244,76	598.355,30	520.550,38	0,00	6.602.771,23	11.633.478,93

Fonte: Brasil, 2018. Dados organizados pela autora.

*DNI – Dados não disponíveis.

Ao analisar especificadamente cada área, em relação aos montantes aplicados, percebe-se que houve um aumento expressivo durante todo o período selecionado. As áreas de educação, saúde, previdência e assistência evidenciam uma tendência de consolidação como política social, com valores significativos e trajetória contínua de aplicação dos recursos do fundo público. Por outro lado, as áreas de cultura, habitação, urbanismo, saneamento e trabalho, ainda encontram pouca relevância nas políticas municipais. Essa pouca relevância nas áreas de habitação, urbanismo e saneamento pode estar associada ao fato de o governo federal priorizar o atendimento às regiões metropolitanas, nas quais o *déficit* habitacional se concentra, deixando, com isso, os pequenos municípios muito mais dependentes de investimentos próprios, que são escassos. Os pequenos municípios não são atendidos prioritariamente, e enfrentam enormes dificuldades para conseguir apresentar projetos e contratar recursos (AKAISHI, 2011).

No que tange à área do trabalho, essa pouca relevância pode estar associada à compreensão, vigente nos municípios, de que as políticas para esta área sejam de responsabilidade da esfera federal, ou estejam mais ligadas à dinâmica do mercado do que à ação do Estado; sendo dependentes dos arranjos e da situação geral da economia do país, mais do que das políticas públicas diretas. São informações que podem ser amplamente questionadas, tendo presente o princípio da corresponsabilidade dos entes públicos na implantação das políticas sociais e a existência de evidências claras de desemprego, subemprego e trabalho informal nos municípios pesquisados, o que demandaria ações mais pontuais da esfera pública municipal (BOOZ ALLEN; FIPE; HLC, 2005 apud ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017, p.504).

Na área de educação, os valores médios aplicados pelos municípios no ano de 2007 estavam na faixa dos R\$1.518.539,11, sendo o menor valor o de Vitória das Missões (R\$1.122.041,32), e o maior valor o de Garruchos (R\$2.077.056,64). Em 2015, a média de aplicação em educação era de R\$ 2.293.329,77, sendo o município de Sete de Setembro o que apresentou o menor valor (R\$ 1.549.044,45), e o de Eugênio de Castro, o maior valor (R\$ 3.216.001,64). Percebe-se que, em média, os valores destinados à educação tiveram um acréscimo de 66,21% nos recursos do fundo público aplicados. É possível salientar que a média percentual de investimentos no período de 2007 a 2015 permanece na faixa dos 20,55%, apresenta-se abaixo do percentual previsto no art. 212 da Constituição Federal de

1988 de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988). Esse percentual, evidencia que pode ter havido crescimento das receitas desvinculadas, uma vez que as mesmas compõem o total do fundo público disponível, e são computadas na planilha intitulada “gasto por função”, quando se olha o total aplicado, mas não entram nas receitas vinculadas ao percentual mínimo exigido pela Constituição. Essa realidade demanda estudos complementares, para assim detalhar melhor o constatado neste estudo.

Ao observar a área da saúde, em 2007, a média dos valores investidos estavam na faixa de R\$ 1.036.283,57, sendo que o maior valor aplicado foi o de Garruchos (R\$ 1.562.628,83), e o menor, o de Sete de Setembro (R\$ 717.537,18). No ano de 2015, a média de aplicação esteve em torno de R\$ 2.477.792,62, sendo que o menor valor aplicado foi o de Dezesesseis de Novembro (R\$ 2.058.728,79), e o maior, o de Pirapó (R\$ 3.013.630,98). No período de 2007 a 2015, a aplicação dos valores, permaneceu praticamente em todos os municípios, acima dos 15% (quinze por cento) da receita na área de saúde. O menor percentual de aplicação foi de Salvador das Missões, com 11,58% do valor do orçamento total aplicado no ano de 2008, e o maior percentual aplicado foi de Pirapó, com 29,01%, no ano de 2013. No que tange a área da saúde, a implantação de programas como Saúde da Família e, mais recentemente, o Programa Mais Médicos, onde levam atendimentos médicos às populações com menor acesso, tanto nas regiões mais remotas como nas áreas pobres dos grandes centros urbanos, elevaram os níveis de qualidade de vida no país, como também demandaram mais recursos financeiros para cobrir os custos crescentes (SOUSA, 2014).

Uma tendência, evidenciada por Rotta, Lago e Rossini (2017) é que a definição legal de percentuais mínimos a serem aplicados em educação e em saúde gera maior estabilidade nestas áreas, porém pode estar preterindo as demais, produzindo uma espécie de “repartição das sobras”. Nos períodos em que há maiores receitas, estas outras áreas são contempladas com maiores recursos, entretanto, em períodos de restrição, os cortes atingem primeiro as outras áreas, destinando-se maior volume de recursos para saúde e educação. Esta situação de instabilidade pode contribuir para agravar o quadro de dificuldades no estabelecimento de políticas públicas municipais de longo prazo.

Os investimentos, no início do período analisado, para a área de previdência social, ficaram em torno de R\$ 112.222,95, sendo que o maior investimento em previdência social foi o de Vitória das Missões (R\$ 308.892,12), e o menor, o de Mato Queimado (R\$ 0,00) ⁷, onde não se registra aplicação nesta área ao longo de todo o período. No ano de 2015, a média de aplicação para área de previdência social esteve na faixa de R\$ 486.388,44, sendo o menor valor, novamente, o do município de Mato Queimado (R\$ 0,00), e o maior valor aplicado, o de Salvador das Missões (R\$1.295.764,68). Os dados evidenciam um incremento de 433,31% nos recursos do fundo público aplicados em previdência social nos municípios pesquisados.

No que tange a área de assistência social, a aplicação média no ano de 2007 esteve em torno de R\$ 160.308,62, sendo o maior valor o de Sete de Setembro (R\$354.805,70), e o menor, o de Salvador das Missões, (R\$ 42.913,00). A aplicação média, no ano de 2015, foi de R\$ 424.807,67, tendo o maior valor aplicado em Dezesseis de Novembro (R\$ 652.656,39), e o menor valor o aplicado, em Rolador (R\$ 329.177,46). Nesta área, o percentual de aplicação variou cerca de 265% na relação do ano de 2007 para o ano de 2015.

Analisando os percentuais aplicados em políticas sociais em relação ao orçamento total disponível, em cada município, conforme Tabela 2, percebe-se oscilações nos percentuais ao longo de todo o período estudado. Dentre os onze municípios, Mato Queimado é o município que apresenta o maior investimento, em torno de 60% a 70%, em políticas sociais ao longo dos nove anos, no qual o aumento do orçamento total disponível encontra sintonia com a ampliação dos recursos aplicados nas políticas sociais. Outro fato que chama atenção é que, mesmo diante desta tendência de oscilações, os recursos do fundo público aplicados em políticas sociais situam-se, ao longo do período, na faixa dos 55% do orçamento disponível nos municípios.

⁷ Esta realidade apresentada pelo município de Mato Queimado necessita de estudo complementar para identificar possíveis causas, o que não é objeto desse Trabalho de Curso. Apenas registra-se, aqui, uma situação que demanda novos estudos.

Tabela 2 - Percentual dos montantes do fundo público aplicado em políticas sociais: 2007 a 2015.

Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Dezesseis de Novembro	49,84	49,27	47,69	50,83	49,88	55,42	48,51	50,42	53,05
Eugênio de Castro	59,65	53,11	55,20	53,26	57,39	57,20	55,28	56,65	54,49
Garruchos	54,79	53,95	55,59	52,63	54,17	59,51	77,18	56,01	54,13
Mato Queimado	63,54	68,43	62,37	64,23	64,67	67,70	66,11	68,96	71,21
Pirapó	58,41	56,23	59,95	63,46	37,26	59,80	62,70	61,81	58,80
Rolador	52,52	43,60	40,15	52,38	46,42	48,75	51,88	53,21	46,53
Salvador das Missões	48,89	36,86	56,13	51,86	55,09	58,66	57,57	56,38	57,90
São Pedro do Butiá	57,69	60,82	48,93	51,82	54,71	52,40	56,58	54,54	54,13
Sete de Setembro	55,06	53,00	45,39	41,00	50,87	54,02	50,62	53,19	53,78
Ubiretama	52,04	52,23	54,07	54,93	52,85	54,91	56,68	50,90	52,97
Vitória das Missões	53,37	54,44	65,01	44,25	56,63	59,81	55,19	61,83	56,76

Fonte: Brasil, 2018. Dados organizados pela autora.

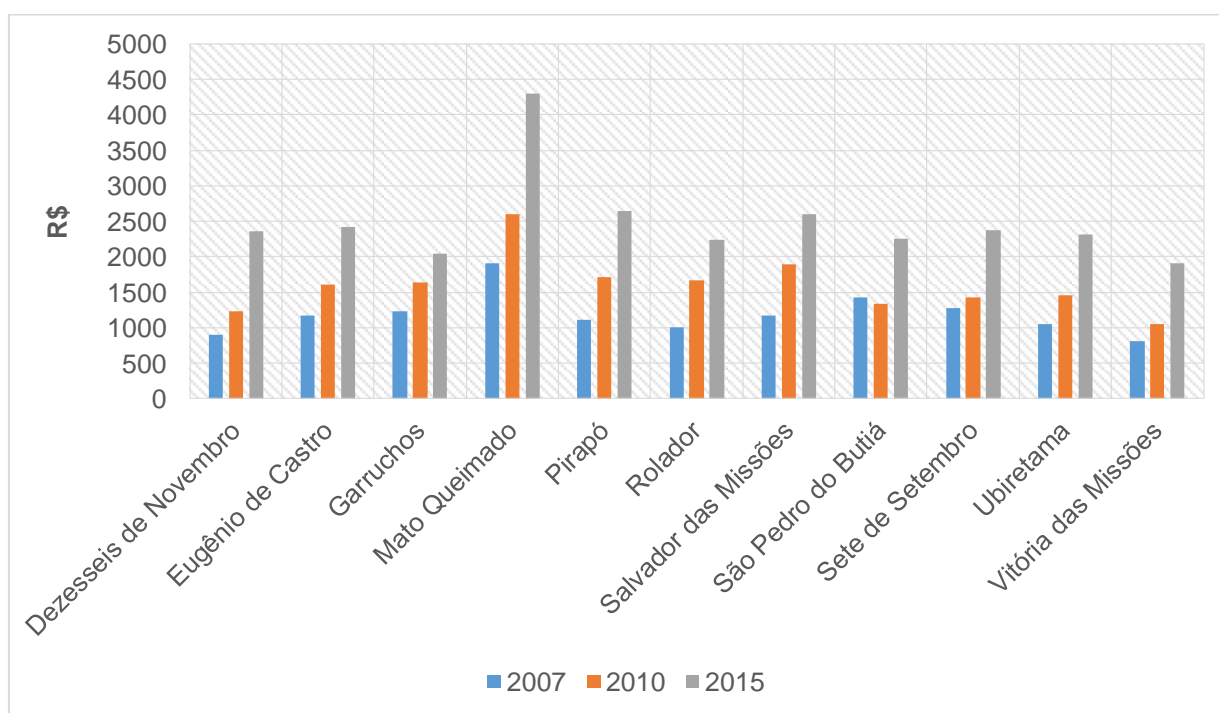
Observa-se também que os percentuais dos totais aplicados em políticas sociais, no período de 2007 a 2015, não acompanham necessariamente o orçamento total das despesas, por função, disponíveis em cada município. No ano de 2013, no município de Dezesseis de Novembro, identificou-se um aumento do fundo público disponível, em torno de R\$ 250.756,00. Entretanto, no mesmo ano, o município apresentou uma queda nos investimentos em políticas sociais na faixa dos R\$ 500.700,00. Este fato também pode ser observado no município de Garruchos, no ano de 2014. Porém, no ano de 2015, os municípios de Ubiretama e Sete de Setembro apresentaram uma redução no fundo público disponível, mas não deixaram de aplicar seus recursos em políticas sociais, apresentando um crescimento na faixa dos R\$ 100.000,00.

O orçamento geral disponível pelos municípios apresenta um crescimento significativo em relação ao valor investido em políticas sociais no período. Isso pode representar uma tendência de maior disputa pelo fundo público disponível aos municípios. De acordo com Rotta, Lago e Rossini (2017), o fundo público passa a ser objeto de disputa cada vez mais instigado pelas classes, estratos de classe e grupos sociais, pela sua apropriação em prol da reprodução e valorização do capital ou da redução das desigualdades e garantia de direitos dos cidadãos, o que repercute diretamente na compreensão e na efetivação das políticas públicas, entre elas as sociais.

É possível perceber a ampliação dos investimentos em políticas sociais ao longo do período, ao olhar o investimento *per capita* dos municípios em estudo,

conforme o Gráfico 1. Em 2007 situava-se em R\$ 1.200,00, na média dos municípios. Em 2010, a média dos municípios ultrapassava o valor de R\$ 1.600,00, e em 2015, o valor médio *per capita*, aplicado pelos municípios, se encontrava em torno de R\$ 2.500,00. Os dados evidenciam que os valores se ampliam em quase três vezes para todos os onze municípios, e consolidam-se especialmente nas áreas de educação e saúde. Nas outras áreas, os valores apresentam oscilações de altos e baixos, não concretizando-se como expressivos nos municípios pesquisados. A área de trabalho, é a mais preocupante, está se mantêm praticamente sem nenhum investimento ao longo do período. Rotta, Lago e Rossini (2017), salientam que este fato pode caracterizar um certo desinteresse pela área, ou por compreenderem que esta é de competência de outras esferas do governo.

Gráfico 1 - Recursos *per capita* aplicados pelos municípios em políticas sociais: 2007, 2010 e 2015.



Fonte: Brasil, 2018. Dados organizados pela autora.

Procurando analisar as possibilidades de estabelecer relações entre aplicação do fundo público em políticas sociais, e indicadores de desenvolvimento, tomou-se como referência, conforme já destacado na metodologia, os dados apresentados no IDESE. Observa-se que o IDESE do COREDE Missões, em 2015, apresentou um resultado 10,35% superior ao obtido em 2007, passando de 0,676 para 0,746. Ao analisar os indicadores do IDESE dos municípios, conforme Tabela 3, constata-se que os onze municípios melhoraram seus indicadores no período, evidenciando

certa relação com a ampliação dos valores do fundo público aplicados. Dos onze municípios

pesquisados, apenas Salvador das Missões, São Pedro do Butiá e Sete de Setembro, apresentaram crescimento dos indicadores acima da média estadual no período. Conforme a Tabela 3, o pior desempenho foi apresentado por Dezesseis de Novembro (0,662), enquanto o melhor, por São Pedro do Butiá (0,786). Percebe-se que a opção de investimento do fundo público teve inflexão direta no índice de desenvolvimento, pois Dezesseis de Novembro está entre os municípios que apresentam os menores valores *per capita* aplicados em políticas sociais entre os pesquisados. Em relação à média estadual do IDESE, para 2015 (0,751), 9 municípios encontram-se abaixo da mesma.

Tabela 3– Indicadores do IDESE: 2007 a 2015: Municípios e Estado.

Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dezesseis de Novembro	0,599	0,617	0,615	0,604	0,597	0,605	0,641	0,661	0,662
Eugênio de Castro	0,669	0,677	0,675	0,679	0,734	0,720	0,749	0,734	0,732
Garruchos	0,604	0,617	0,603	0,634	0,622	0,652	0,675	0,675	0,724
Mato Queimado	0,687	0,677	0,694	0,704	0,684	0,684	0,730	0,723	0,721
Pirapó	0,638	0,640	0,630	0,614	0,631	0,630	0,670	0,705	0,711
Rolador	0,699	0,672	0,674	0,639	0,680	0,687	0,736	0,749	0,743
Salvador das Missões	0,696	0,669	0,744	0,774	0,765	0,772	0,792	0,788	0,784
São Pedro do Butiá	0,698	0,760	0,743	0,769	0,774	0,785	0,802	0,803	0,786
Sete de Setembro	0,663	0,658	0,643	0,674	0,717	0,708	0,761	0,762	0,761
Ubiretama	0,618	0,637	0,646	0,628	0,673	0,647	0,687	0,724	0,704
Vitória das Missões	0,638	0,648	0,639	0,612	0,628	0,639	0,695	0,699	0,715
COREDE Missões	0,676	0,678	0,684	0,688	0,702	0,711	0,736	0,747	0,746
Rio Grande do Sul	0,698	0,702	0,710	0,720	0,726	0,734	0,747	0,757	0,751

Fonte: Rio Grande do Sul, 2018. Dados organizados pela autora.

O Bloco Saúde contribuiu positivamente para o resultado do IDESE do COREDE Missões, tendo apresentado o melhor índice entre os três blocos componentes do indicador em 2015, de acordo com a Tabela 4. Em relação aos municípios em estudo, a variável da saúde, ao longo do período, permaneceu com valor acima de 0,760, em muitos casos, apresentando-se superior à média do Estado. O município que apresentou melhor resultado para a área da saúde, em 2015, foi Salvador das Missões (0,889), e o com menor valor foi Dezesseis de Novembro (0,791).

O resultado positivo do Bloco Saúde pode estar associado, em parcela, aos números bastante favoráveis para a longevidade no Estado (ANDREIS, 2014).

Tabela 4 - Indicadores do IDESE saúde: 2007 a 2015: Municípios e Estado.

Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dezesseis de Novembro	0,842	0,844	0,826	0,808	0,801	0,803	0,797	0,801	0,791
Eugênio de castro	0,783	0,772	0,763	0,809	0,817	0,802	0,779	0,773	0,795
Garruchos	0,823	0,779	0,787	0,774	0,794	0,784	0,794	0,800	0,813
Mato Queimado	0,850	0,821	0,806	0,805	0,807	0,792	0,793	0,816	0,846
Pirapó	0,827	0,818	0,798	0,774	0,764	0,767	0,780	0,800	0,816
Rolador	0,849	0,833	0,823	0,807	0,821	0,825	0,836	0,842	0,829
Salvador das Missões	0,826	0,868	0,882	0,903	0,885	0,884	0,877	0,881	0,889
São Pedro do Butiá	0,835	0,844	0,806	0,844	0,866	0,890	0,892	0,881	0,870
Sete de Setembro	0,838	0,837	0,809	0,824	0,828	0,841	0,849	0,845	0,870
Ubiretama	0,777	0,810	0,791	0,765	0,761	0,761	0,800	0,813	0,829
Vitória das Missões	0,784	0,793	0,797	0,802	0,783	0,783	0,813	0,826	0,832
COREDE Missões	0,807	0,809	0,806	0,806	0,803	0,801	0,803	0,806	0,814
Rio Grande do Sul	0,792	0,799	0,803	0,807	0,807	0,809	0,809	0,813	0,817

Fonte: Rio Grande do Sul, 2018. Dados organizados pela autora.

Também se percebe uma associação nítida entre os valores aplicados em saúde e saneamento, conforme Tabela 5, e a melhoria dos indicadores do IDESE. Dezesseis de Novembro, ao longo do período, apresentou uma aplicação do fundo público pouco acima de 16% na área da saúde, tendo, também, o pior desempenho no IDESE na relação com os demais que, ao longo do período, apresentaram aplicações acima de 20%, obtendo assim melhores resultados no indicador da saúde. Evidencia-se, também, que os municípios que possuem aplicação de recursos do fundo público na área de saneamento, apresentam melhores resultados no indicador saúde.

Tabela 5- Percentual aplicado em saúde e saneamento: 2007 a 2015.

Anos	Áreas	Dezesseis de Novembro	Eugênio de Castro	Garruchos	Mato Queimado	Pirapó	Rolador	Salvador das Missões	São Pedro do Butiá	Sete de Setembro	Ubiretama	Vitória das Missões
2007	Saúde %	16,5	18,7	20,2	16,4	21,2	20,2	14,6	16,6	14,5	17,5	17,6
	San. %	0,9	2,4	2,6	0,9	2,7	0,0	2,2	0,0	3,2	2,5	1,0
2008	Saúde %	18,9	19,0	20,7	21,2	23,0	18,7	11,6	16,5	22,4	19,7	21,5
	San. %	4,3	2,4	1,9	0,6	3,2	1,5	2,3	0,0	3,3	3,7	1,3
2009	Saúde %	16,4	18,7	21,3	17,9	25,9	18,7	17,6	16,8	23,1	24,5	16,5
	San. %	3,4	2,5	2,1	0,9	2,9	0,3	2,5	0,0	3,0	0,0	0,6
2010	Saúde %	17,9	19,6	21,0	22,9	26,4	22,5	20,6	19,1	19,5	20,8	17,7
	San. %	2,9	2,4	2,0	1,1	0,0	2,2	2,1	0,0	2,7	0,5	0,5
2011	Saúde %	16,7	20,6	23,1	21,8	14,1	21,4	25,4	19,0	22,0	20,4	22,0
	San. %	2,9	2,0	1,0	1,6	0,1	1,5	0,3	0,0	3,4	0,7	0,8
2012	Saúde %	17,2	20,2	24,2	22,2	25,8	23,6	25,0	17,4	24,6	22,4	23,1
	San. %	4,0	2,7	2,8	1,2	2,7	0,5	2,9	0,0	3,0	0,6	1,4
2013	Saúde %	22,9	19,9	27,3	24,4	29,0	22,8	28,2	19,8	26,3	23,9	24,0
	San. %	1,8	1,3	21,9	0,7	2,0	0,5	4,3	DNI	2,2	0,9	0,7
2014	Saúde %	19,0	2,9	26,4	22,7	28,1	26,2	22,5	21,1	25,6	22,1	22,9
	San. %	2,8	1,4	0,8	1,3	2,3	0,2	2,9	1,4	2,5	1,0	0,5
2015	Saúde %	18,8	19,3	23,9	21,3	25,0	21,0	21,4	19,7	23,1	22,0	22,4
	San. %	2,5	1,7	0,8	0,8	2,5	0,4	3,0	1,9	3,3	2,1	0,7

Fonte: Brasil, 2018. Dados organizados pela autora.

Observa-se que, dos onze municípios investigados, em média, nove encontram-se, no período de 2007 a 2015, na condição de alto desenvolvimento (acima de 0,800) para a área da saúde. Tem-se que a ampliação, da faixa média de 17% para 22%, dos recursos do fundo público aplicado por parte dos municípios na área de saúde, teve correspondência com os resultados alcançados. Situação semelhante constata-se na área do saneamento, verificando-se a ampliação dos investimentos, que podem ter reflexos nos indicadores de saúde, presentes no IDESE. A área do saneamento não se apresenta como relevante na aplicação do fundo público, por parte dos municípios, mas implica diretamente nos indicadores de desenvolvimento daqueles que apresentam algum investimento na área. Destacam-se os casos dos municípios de Dezesseis de Novembro e de Garruchos. O município de Dezesseis de Novembro, no ano de 2012, apresentou 4% de aplicação do fundo público em saneamento básico, percebendo assim, influência direta no indicador de desenvolvimento em saúde neste mesmo ano. Porém, no ano seguinte, ao reduzir a aplicação para 1,81%, as repercussões foram sentidas de forma imediata. Situação semelhante pode-se perceber no município de Garruchos, que possuía uma baixa aplicação na área de saneamento entre 2007 a 2012, mudando significativamente a partir daí e, com isso, evidenciando reflexos positivos em termos de indicadores de desenvolvimento na área da saúde.

Em termos de educação, conforme a Tabela 6, o indicador, em todo período analisado, permaneceu na faixa de médio desenvolvimento, com indicadores entre 0,500 a 0,799. A maioria dos municípios apresentaram, ao longo do período, algum crescimento neste indicador, por menor que seja. Os que demonstraram maiores oscilações na aplicação do fundo público foram, em sua maioria, também, os que apresentaram menores desempenhos no indicador de educação do IDESE. Em 2007, o município que apresentou o menor indicador foi Garruchos (0,533), e os maiores foram verificados em Rolador e Salvador das Missões (0,693). Em 2015, o município que apresentou o maior indicador foi São Pedro do Butiá, com 0,790, e o menor foi Eugênio de Castro, com 0,635. A evolução no índice da educação pode estar relacionado à diminuição das taxas de analfabetismo, percentual de pessoas analfabetas (incapazes de escrever um bilhete simples) de 15 anos ou mais de idade (faixa etária na qual, por lei, a escolaridade seria obrigatória), e o aumento das matrículas nos ensinos Fundamental e Superior (PESSOA, 2017).

Tabela 6- Indicadores IDESE educação: 2007 a 2015: Municípios e Estado.

Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dezesseis de Novembro	0,575	0,614	0,602	0,630	0,588	0,619	0,683	0,719	0,740
Eugênio de Castro	0,587	0,579	0,569	0,553	0,631	0,658	0,657	0,643	0,635
Garruchos	0,533	0,551	0,512	0,579	0,540	0,616	0,614	0,621	0,742
Mato Queimado	0,671	0,680	0,741	0,733	0,669	0,707	0,716	0,707	0,706
Pirapó	0,675	0,634	0,635	0,613	0,661	0,649	0,711	0,760	0,766
Rolador	0,693	0,574	0,613	0,548	0,613	0,679	0,690	0,738	0,747
Salvador das Missões	0,693	0,583	0,767	0,775	0,770	0,770	0,783	0,771	0,762
São Pedro do Butiá	0,647	0,779	0,775	0,794	0,785	0,804	0,807	0,812	0,790
Sete de Setembro	0,589	0,606	0,581	0,645	0,751	0,761	0,778	0,781	0,778
Ubiretama	0,550	0,554	0,586	0,590	0,666	0,620	0,580	0,656	0,641
Vitória das Missões	0,600	0,606	0,584	0,560	0,574	0,689	0,699	0,677	0,744
COREDE Missões	0,651	0,638	0,652	0,649	0,677	0,714	0,724	0,748	0,742
Rio Grande do Sul	0,627	0,622	0,637	0,640	0,651	0,664	0,679	0,697	0,698

Fonte: Rio Grande do Sul, 2018. Dados organizados pela autora.

Em relação ao percentual aplicado na área de educação, conforme a Tabela 7, percebe-se que o município de Eugênio de Castro apresenta o menor índice para o ano de 2015, mesmo aplicando cerca de 26,5% do orçamento na área. Entretanto, este não possui aplicação na área da cultura. São Pedro do Butiá, com o melhor índice, aplicou apenas 16,4% em educação, e cerca de 0,3% dos recursos do fundo público em cultura. Em 2008, São Pedro do Butiá aplicou cerca 11,4% dos recursos públicos na área da cultura, na qual pôde-se perceber um aumento considerável no índice da educação, de 0,647 para 0,779. O mesmo pode ser observado no município de Sete de Setembro, no ano de 2011, que passa a aplicar cerca de 3,4% na área da cultura, e o indicador da educação, passa de 0,645 para 0,751. Os valores aplicados na área de cultura não são significativos, mas apresentam-se como fundamentais para o bloco da educação do IDESE.

Tabela 7 – Percentual aplicado em educação e cultura: 2007 a 2015.

Anos	Áreas	Dezesseis de Novembro	Eugênio de Castro	Garruchos	Mato Queimado	Pirapó	Rolador	Salvador das Missões	São Pedro do Butiá	Sete de Setembro	Ubiretama	Vitória das Missões
2007	Educ. %	26,9	28,7	26,9	22,8	25,9	30,4	26,8	22,7	27,7	27,5	20,1
	Cult. %	0,0	0,5	0,5	3,4	0,6	0,0	0,2	3,3	0,5	0,0	0,2
2008	Educ. %	19,9	21,1	24,7	18,3	20,4	20,8	18,2	12,9	18,5	16,3	22,5
	Cult. %	0,0	0,0	0,6	1,9	0,4	0,0	0,2	11,4	0,3	0,0	0,2
2009	Educ. %	21,4	24	24,1	16,6	23,7	17,8	28,5	13,7	13,5	14,7	16,2
	Cult. %	0,0	0,5	0,5	2,1	0,5	0,0	0,2	2,5	0,2	0,0	0,2
2010	Educ. %	20,9	24,3	22,3	19	29,9	17,6	15,5	14,7	11,1	18,6	18,8
	Cult. %	0,0	0,1	0,9	1,9	0,2	0,0	0,9	1,9	0,5	0,7	0,2
2011	Educ. %	21,8	28	24,3	18,3	13,3	20,3	16,7	15,8	13,4	16	22,9
	Cult. %	0,0	0,0	0,7	2,5	0,4	0,0	0,5	2,0	3,4	0,6	0,0
2012	Educ. %	21,6	25,8	25,9	25,2	20,4	20,7	21,5	17,5	15,8	14,5	24,3
	Cult. %	0,0	0,0	0,7	2,5	0,2	0,0	0,5	1,5	0,9	0,5	0,3
2013	Educ. %	19,1	27,1	21,9	25,7	21,2	24	18,2	14,6	13,2	18,3	19,7
	Cult. %	0,0	DNI	0,8	1,6	0,3	DNI	0,1	2,1	0,5	0,8	0,3
2014	Educ. %	18,6	27,1	21,2	25,1	19,4	23	17,7	17	15,4	13,7	23,5
	Cult. %	0,0	0,0	0,4	1,8	0,6	0,1	0,2	0,5	0,7	0,7	0,6
2015	Educ. %	20,2	26,5	20,9	23,3	19,7	20,2	18,8	16,4	16,4	15,9	20,6
	Cult. %	0,0	0,0	0,0	2,9	1,2	0,0	0,1	0,4	0,5	0,3	0,5

Fonte: Brasil, 2018. Dados organizados pela autora.

Em relação ao bloco da renda, conforme a Tabela 8, evidencia-se um aumento significativo ao longo do período; entretanto, este ainda apresenta os piores indicadores. Ao menos três municípios encontram-se em muito baixo desenvolvimento no período de 2007 a 2012 e, a partir de 2013, apenas Dezesseis de Novembro encontra-se em baixo desenvolvimento. Este bloco possui em todo o período valores abaixo da média estadual.

Tabela 8 - Indicadores IDESE renda: 2007 a 2015: Municípios e Estado.

Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dezesseis de Novembro	0,379	0,392	0,417	0,375	0,401	0,393	0,443	0,463	0,456
Eugênio de Castro	0,637	0,681	0,694	0,675	0,754	0,701	0,811	0,785	0,765
Garruchos	0,458	0,521	0,509	0,548	0,532	0,555	0,619	0,604	0,617
Mato Queimado	0,539	0,531	0,534	0,573	0,576	0,552	0,680	0,645	0,611
Pirapó	0,412	0,466	0,457	0,454	0,469	0,472	0,517	0,554	0,549
Rolador	0,554	0,609	0,586	0,561	0,607	0,558	0,680	0,667	0,654
Salvador das Missões	0,569	0,557	0,583	0,645	0,641	0,661	0,715	0,712	0,700
São Pedro do Butiá	0,613	0,658	0,650	0,669	0,671	0,662	0,707	0,716	0,698
Sete de Setembro	0,562	0,530	0,539	0,553	0,573	0,522	0,657	0,660	0,633
Ubiretama	0,526	0,549	0,562	0,530	0,590	0,559	0,681	0,702	0,642
Vitória das Missões	0,529	0,547	0,538	0,475	0,528	0,445	0,574	0,593	0,568
COREDE Missões	0,568	0,588	0,593	0,609	0,677	0,617	0,683	0,686	0,681
Rio Grande do Sul	0,675	0,685	0,691	0,712	0,721	0,730	0,753	0,763	0,739

Fonte: Rio Grande do Sul, 2018. Dados organizados pela autora.

A aplicação do fundo público na área do trabalho, conforme a Tabela 9, ao longo do período, evidenciou pouco ou nenhum recurso investido, o que pode ter uma influência direta nos indicadores de renda. Como dito anteriormente, evidencia-se um certo descaso, por parte dos municípios, em relação a esta área.

Tabela 9 – Percentual aplicado em trabalho: 2007 a 2015.

Anos	Áreas	Dezesseis de Novembro	Eugênio de Castro	Garruchos	Mato Queimado	Pirapó	Rolador	Salvador das Missões	São Pedro do Butiá	Sete de Setembro	Ubiretama	Vitória das Missões
2007	Trabalho %	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
2008	Trabalho %	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0
2009	Trabalho %	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
2010	Trabalho %	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2011	Trabalho %	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2012	Trabalho %	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2013	Trabalho %	0,0	DNI	DNI	DNI	DNI	DNI	0,0	DNI	0,0	DNI	DNI
2014	Trabalho %	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DNI	0,0	0,0	0,0	0,0
2015	Trabalho %	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0

Fonte: Brasil, 2018. Dados organizados pela autora.

Constata-se, que os onze municípios melhoraram seus indicadores no período, evidenciando alguma relação com a ampliação dos valores do fundo público aplicados. Dos onze municípios pesquisados, apenas três apresentaram crescimento dos indicadores, acima da média estadual. O pior desempenho foi apresentado por Dezesseis de Novembro (0,662), e o melhor, por São Pedro do Butiá (0,786), no ano de 2015. Percebe-se que a opção de investimento do fundo público é determinante em relação ao índice de desenvolvimento, uma vez que, Dezesseis de Novembro está entre os municípios que apresentaram os menores percentuais aplicados em políticas sociais. Em relação à média estadual do IDESE para 2015 (0,751), 9 municípios encontram-se abaixo da mesma.

As mudanças observadas nos indicadores de desenvolvimento possuem uma relação significativa com os recursos do fundo público aplicado em políticas sociais. De acordo com Rotta, Lago e Hentges (2017), mesmo que existam dificuldades em estabelecer estas vinculações, não se encontram transformações significativas na estrutura de propriedade, de classes ou de valorização do trabalho, capazes de explicar as mudanças ocorridas. Quando as políticas sociais se expandem a toda a

população, elas são capazes de impulsionar o desenvolvimento, tornando-o visível por meio dos indicadores aferidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas, em especial as sociais, possuem um papel determinante no processo de desenvolvimento dos municípios de pequeno porte. Estas representam os espaços de disputa política entre os atores locais; garantem os direitos fundamentais aos cidadãos; promoção do desenvolvimento, materializado na melhoria da qualidade de vida; democratização das relações sociais, na participação comunitária e na proteção ao meio ambiente. Neste sentido, o presente estudo objetivou analisar a relação entre políticas públicas sociais e indicadores de desenvolvimento nos municípios de pequeno porte de COREDE Missões.

Esta pesquisa apontou uma tendência expressiva de crescimento dos valores dos recursos totais aplicados, ao longo do período analisado. Os percentuais aplicados pelos municípios cresceram em 50,43%. É evidente que, os municípios de pequeno porte buscam investir em um conjunto de direitos fundamentais aos cidadãos, ligados à educação, à cultura, à saúde, ao saneamento, à previdência social, à assistência social, à habitação e ao urbanismo. A área do trabalho, enquanto política social, apresenta-se como secundária, recebendo poucos recursos do fundo público, e não apresentando programas e projetos para compreender a realidade local. Entretanto, também se evidencia o acirramento da disputa pelo fundo público, na medida em que o crescimento dos valores aplicados em políticas sociais, em muitos municípios, não tem sido no mesmo ritmo do orçamento total disponível.

A possível relação da aplicação dos recursos do fundo público, nas áreas de políticas sociais selecionadas com os indicadores de desenvolvimento, ficou evidente a partir da análise dos indicadores do IDESE, e das aplicações nas áreas selecionadas. Ao analisar os indicadores do IDESE dos municípios, constata-se que os onze municípios melhoraram seus indicadores no período, evidenciando certa relação com a ampliação dos valores do fundo público aplicados. Os indicadores do IDESE apresentaram desempenho positivo, e encontram-se em médio desenvolvimento.

O resultado do índice, possui influência significativa do bloco saúde, que apresenta valores acima de 0,760 e, em muitos casos, acima da média estadual. Evidenciou-se também uma ampliação significativa na aplicação do fundo público

nesta área, apresentando correspondência com os resultados alcançados. Situação semelhante se constata na área do saneamento, a ampliação dos investimentos nesta área, podem ter reflexos nos indicadores de saúde, presentes no IDESE.

Em relação ao indicador da educação, ao longo de todo o período analisado, a maioria dos municípios tiveram algum crescimento neste indicador. Os que demonstraram maiores oscilações na aplicação do fundo público foram, em sua maioria, também, os que apresentaram menor desempenho no indicador de educação do IDESE. Observou-se que os municípios que apresentam aplicação de recursos do fundo público na área de cultura, apresentam reflexos positivos nos indicadores de educação.

Neste sentido, ao longo deste estudo, identificou-se um indicativo de que quando os municípios passam a investir nas áreas de saneamento básico, cultura e trabalho, os indicadores de desenvolvimento passam a apresentar um melhor desempenho. Para confirmar este indicativo, sugere-se expandir a amostra e o horizonte da pesquisa, visando analisar, se estas áreas, ao receberem aplicação do fundo público, realmente influenciam nos indicadores de desenvolvimento. Outra sugestão de pesquisa é ampliar o tempo de análise, também, realizar o comparativo com outros indicadores de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice Firjan de Desenvolvimento, o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS), entre outros.

Este estudo apresentou limitações quanto aos dados coletados na plataforma SICONFI e dos limites do IDESE. Porém esta limitação não prejudicou o desenvolvimento do trabalho, pois, mesmo com a falta de alguns dados, foi possível estabelecer uma trajetória dos montantes totais do fundo público e da aplicação do mesmo nas áreas estabelecidas. Também se tem presente que a pesquisa retrata uma realidade específica, sem pretensão de generalização para outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, com exceção da proposta de estudo realizada.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, D. C. **Efeitos da receita orçamentária municipal sobre o índice de desenvolvimento humano (IDH):** uma análise da realidade brasileira na década de 1990. 2008. 67 p. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) - Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.
- AKAISHI, A. G. Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 14, p. 41-50, 2011. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/45504>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- ANDREIS, Felker Thiago. A saúde no Rio Grande do Sul segundo o novo Idese. **Carta de Conjuntura FEE, RIO GRANDE DO SUL**, v. 23, n. 6, p. 7, Jun. 2014. Disponível em:<<http://carta.fee.tche.br/article/a-saude-no-rio-grande-do-sul-segundo-o-novo-idese/>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- BÄCHTOLD, Ciro. **Noções de administração pública**. Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em:<http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/532/3a_Disciplina_-_Nocoas_de_Administracao_Publica.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 de abr. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. Parte 1.
- BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017. Disponível em:<<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4678/3228>>. Acesso em: 05 maio 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda – Secretária do Tesouro Nacional. FINBRA – Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos municípios. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN nº 303, de 28 de abril de 2005. Aprova a segunda edição do manual de procedimentos da receita pública. Disponível em: <<http://anexos.datalegis.inf.br/arquivos/1235321.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília, 1995. 68 p. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. P 292.

CASTRO, Jorge A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração pública e geral. **Série Provas e Concursos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FLEURY, Sonia. Políticas sociais e democratização do poder local. In: VERGARA, Sylvia C.; COR-RÊA, Vera L. A. (Org.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. v. 2, p. 91-115.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo gestão social. In: SILVA JR. et al. (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 27-37.

FRANCO, A. D. **O lugar mais desenvolvido no mundo: Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário**. Brasília: AED | Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2004.

FREITAS JR, Dionysio B. **Avaliação da administração pública gerencial em municípios por meio de indicadores**. 2009. 139 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3.ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200010>. Acesso em: 10 set. 2018.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade pública. **Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Florianópolis**, 2010. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/licitacao_livros_admpub/04-contabilidade%20p%20Fablica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**. 2001, vol.21, n.55, p.30-41. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

MAGALHÃES JR, José César; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (Org.) Fundos Públicos. São Paulo: Instituto, Pólis, 2004. **Anais do Seminário “Fundos Públicos e Políticas Sociais”**; São Paulo, agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1004/1004.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 80.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/wpcontent/uploads/2017/02/DIREITO_CONSTITUCIONAL-1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

PESSOA, M.L. (Org.). Educação no RS. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <<http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/demografia/educacao-no-rs/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

PINTO, Adenilda Couto B. Desenvolvimento local: a comunidade como coparticipante. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 3, n. 2, p. 165-175, 2015. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3589>>. Acesso em: 07 set. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**. Porto Alegre: FEE/RS, 2018. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Perfis – Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Perfil – Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretária do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Perfil – Socioeconômico COREDE Missões**. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015.

ROSSINI, Neusa. **Investimentos públicos em políticas sociais e indicadores de desenvolvimento**: analisando a trajetória de municípios do noroeste do Rio Grande do Sul. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018.

ROSSINI, Neusa; ROTTA, Edegar; BORKOVSKI, Andréia. Políticas públicas sociais e desenvolvimento: Tecendo relações. **Anais do VIII Simpósio Iberoamericano de Cooperação para o Desenvolvimento Regional**. Cerro Largo: UFFS, 2017.

ROTTA, Edegar et al. Investimentos públicos em políticas sociais: trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Anais do 3º SEDRES (Seminário de**

Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade): a questão regional, uma questão (de) política. Blumenau: FURB, 2016.

ROTTA, Edeimar; LAGO, Ivann Carlos; HENTGES, Caroline. Políticas sociais em pequenos municípios: fundo público como diferencial no desenvolvimento. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2018.

ROTTA, Edeimar; LAGO, Ivann Carlos; ROSSINI, Neusa. Disputa pelo Fundo Público Municipal: as políticas sociais na trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 16, n. 2, p. 495-510, 2017.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora no mercado de trabalho. Como entender a aparente contradição. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.28, n.81, p.115-125, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200008&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 03 out. 2018.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, jan./jun. 2012.

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, 2014.

SANTIAGO, Cibelle da Silva. **Gestão para sustentabilidade em eventos: uma análise na atuação das empresas organizadoras de eventos da região metropolitana do Recife, na dimensão ambiental**. v.1, p.134. FCAP/UPE, Pernambuco, 2014. Disponível em: <http://www.files.scire.net.br/atrio/upegdls_upl/THESIS/90/dissertao_cibelle_santiago.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.

SCHOMMER, Jorge Adalberto. **Modelos de gestão pública: uma análise de cinco municípios do COREDE Missões no Rio Grande do Sul**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2017.

SOUSA, Rômulo Paes de. PREFÁCIO. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

SPOSATI, Aldaíza de O. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: MAIA, Marilene (Org.). Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. **Caderno Ideação**. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2002. p. 33- 53.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, v. 200, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.

TENÓRIO, Fernando G. (Re)visitando o conceito de gestão social.

Desenvolvimento em Questão, jan.jun, ano/vol. 3, n. 005. Unijuí, Ijuí, pp. 101-124, 2005.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Editora Ibpex, 2009.

ANEXO A - PESQUISA – PROJETO INTERNO GUARDA-CHUVA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Dados gerais do projeto

Origem: Pesquisa

Modalidade: Pesquisa - Projeto Interno Guarda-Chuva

Chamada: Fluxo Contínuo

Proponente: EDEMAR ROTTA

Situação: Proposta em avaliação

Campus: Cerro Largo

Etapa atual: Correção da proposta

Registro: PES-2018-0029

Identificação

Título: Políticas sociais e desenvolvimento: investimentos públicos e dinâmicas socioeconômicas no Noroeste do Rio Grande do Sul.

Início: 01/08/2016

Fim: 31/08/2019

NUP processo:

Projeto sigiloso: Não

O projeto envolve pesquisas com seres humanos - Pareceres do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): Não

O projeto envolve pesquisas com animais (vertebrados, excetuando-se seres humanos) - Pareceres da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA): Não

O projeto envolve pesquisas com a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados (Parecer CBlo): Não

Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Teorias e processos de Desenvolvimento

Objetivo

Objetivos gerais: Analisar a relação entre políticas sociais e desenvolvimento, através do estudo específico do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS), identificando como os investimentos nas áreas de educação e cultura, saúde e saneamento, habitação e urbanismo, trabalho, previdência e assistência social podem ter funcionado como impulsionadores da dinâmica econômica regional e da melhoria das condições de vida da população.

Objetivos específicos: - Realizar levantamento dos investimentos realizados pelos municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul nas políticas sociais de educação e cultura, saúde e saneamento, habitação e urbanismo, trabalho, previdência e assistência social, nos anos de 1997 a 2015;

- Comparar os investimentos realizados ao longo do período, visando identificar continuidades, mudanças de percurso e motivos para os mesmos;

- Analisar os possíveis impactos dos investimentos em políticas sociais na dinâmica econômica dos municípios e das microrregiões e na melhoria das condições de vida da população;
- Identificar potenciais associações entre os padrões de investimento em políticas sociais e variações positivas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano nesta região;
- Contribuir para a reflexão sobre políticas sociais e desenvolvimento regional a partir do estudo de realidades específicas;
- Disponibilizar Banco de Dados sobre investimentos em políticas sociais dos municípios pesquisados.

Resumo

Descrição: A pesquisa analisa a inter-relação entre políticas sociais e desenvolvimento, através do estudo específico do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS) no período compreendido entre 1997 e 2015. Busca-se identificar como os investimentos nas áreas de educação e cultura, saúde e saneamento, habitação e urbanismo, trabalho, previdência e assistência social podem ter funcionado como impulsionadores da dinâmica econômica regional e da melhoria das condições de vida da população. Utiliza-se como referência os pressupostos teóricos do método dialético, valendo-se de dados quantitativos e qualitativos obtidos em fontes secundárias, disponíveis junto à Secretaria do Tesouro Nacional. Os dados serão coletados, organizados e analisados a partir da ferramenta de análise de conteúdo. Trabalha-se com 77 municípios do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Para o estabelecimento de interfaces entre os investimentos em políticas sociais com a dinâmica econômica regional e a melhoria da qualidade de vida da população utiliza-se como referência o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). As políticas sociais são entendidas aqui como a ação da sociedade organizada sobre as manifestações da questão social, tendo sua origem eminentemente associada à emergência da sociedade capitalista. Nesta sociedade, as políticas sociais constituíram-se e afirmaram-se como espaços privilegiados do conflito entre interesses de classe, estratos de classe e grupos sociais diferenciados, bem como espaços de atuação de profissionais especializados, especialmente ligados à área de ciências sociais e sociais aplicadas. A relação entre políticas sociais e projetos de desenvolvimento tornou-se mais evidente a partir das duas últimas décadas do século XX, quando passaram a ser questionados os indicadores tradicionais, especialmente o Produto Interno Bruto Per Capita, como sendo capazes de aferir o desenvolvimento de uma Nação ou de uma região. Até este período, nos estudos sobre desenvolvimento, predominava a visão que o considerava sinônimo de crescimento econômico, gerando uma compreensão que atribuía pouca importância aos indicadores socioculturais. A expansão dos estudos regionais e a afirmação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um indicador mais consistente para mensurar o desenvolvimento de uma dada sociedade, introduziram outras variáveis na análise do desenvolvimento. Grande parte dessas novas variáveis está ligada diretamente às políticas sociais. Com isso as políticas sociais passam a constituir, junto com o crescimento econômico, espaço privilegiado de atenção dos pesquisadores e dos agentes sociais que buscam entender as dinâmicas e processos de desenvolvimento.

Palavras Chave

- Descentralização
- Desenvolvimento
- Fundo Público
- Políticas Públicas
- Qualidade de Vida

Área de Conhecimento CNPQ**Grande Área CNPQ:** 60000007 - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Área CNPQ:** 61000000 - SERVIÇO SOCIAL**Sub-área CNPQ:** 61001007 - FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL**Participantes**

Vínculo	Função no projeto	Nome	Data de início	Data de fim
Docente	Colaborador	IVANN CARLOS LAGO	01/08/2016	
Aluno	Voluntário	CAROLINE HENTGES	01/08/2016	
TAE	Colaborador	NEUSA ROSSINI	01/08/2016	
Docente	Coordenador	EDEMAR ROTTA	01/08/2016	

Entidades Co-participantes**Situações**

Data	Situação	Observações
13/03/18 15:24	Proposta em avaliação	
12/03/18 10:06	Proposta em elaboração	

Anexo

Descrição	Tipo	Enviado por	Enviado em	Etapas
Formulário Único de Elaboração da proposta Inscrição de Proposta	Proposta	EDEMAR ROTTA	12/03/18 14:11	

Etapas

Data	Etapas	Tipo
20/03/18 09:47	Correção da proposta	Decisão
13/03/18 15:24	Parecer da Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-graduação	Parecer

Data	Responsável	Parecer
20/03/18 09:47	DEBORA LEITZKE BETEMPS	

De acordo com a conferência dos documentos solicitamos a inclusão do plano de trabalho do colaborador professor IVANN CARLOS LAGO, visto que o mesmo é um servidor da instituição.

12/03/18 10:06 Elaboração da proposta Submissão

Gerado pelo PRISMA em: 20/03/2018

